

207 Como analisar narrativas Cândido Vilares Gancho

108 Inconfidência Mineira Cândida Vilares Gancho Vera Vilhena de Toledo

209 O sistema colonial José Roberto Amarai Lapa

10 A unificação da Itália John Gooch

211 A posse da terra Cândida Vilares Gancho Helena Queiroz E Lones

Helena Queiroz F. Lopes Vera Vilhena de Toledo

212 As origens da Primeira Guerra Mundial Ruth Heniq

213 As origens da Segunda Guerra Mundial Ruth Heniq

214 O Antigo Regime William Dovle

Pormação de palavras em português
Valter Kehdi

216 Maquiavelismo Sérgio Bath

217 A Poética de Aristóteles Ligia Militz da Costa

218 Conquista e colonização da América espanhola Jorge Luiz Ferreira

19 Vozes verbais Amini Boainain Hauy

220 A década de 50 — Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil Marly Rodrigues

A década de 60 — Rebeldia, contestação e repressão política Maria Helena Simões Paes

222 A década de 70 — Apogeu e crise da ditadura militar brasileira
Nadine Habert

223 A década de 80 — Brasil: quando a multidão voltou às praças Marly Rodrigues

224 Grande sertão: veredas — Roteiro de leitura

Kathrin Holzermavr Rosenfield

PRINCIPIO S

Sonia Regina de Mendonça Virginia Maria Fontes

Professoras da Universidade Federal Fluminense

HISTÓRIA DO BRASIL RECENTE

1964-1992



Editor

Benjamin Abdala Junior Samira Youssef Campedelli

Preparação de texto

Ivany Picasso Batista

Coordenação de composição

(Produção/Paginação em video) Neide Hiromi Toyota

Capa

Ary Normanha Antonio Ubirajara Domiencio



IMPRESSÃO E ACABAMENTO: YANGRAF Fone/Fax: 6198.1788

> 4ª edição 3ª impressão

ISBN 85 08 04571 9

2004

Todos os direitos reservados pela Editora Ática Rua Barão de Iguape, 110 - CEP 01507-900 Caixa Postal 2937 – CEP 01065-970 São Paulo – SP Tel.: 0XX 11 3346-3000 - Fax: 0XX 11 3277-4146 Internet: http://www.atica.com.br e-mail: editora@atica.com.br

Sumário

1.	Introdução
2.	O golpe de 1964 e seus antecedentes
	Os aspectos econômicos da crise Da crise político-partidária à nova ordem institucional As questões sociais: das reivindicações populares à repressão
	As bases do "milagre"
	Uma nova política salarial e trabalhista Condições de vida e alternativas da classe trabalhadora A concentração do capital e da renda A economia brasileira e o mercado internacional
4.	A busca da legitimidade
	Os militares e o poder A hipertrofia do Executivo e o jogo político Eficiência econômica e legitimidade política

5.	A crise dos anos 70: o fim do "milagre"
	Exaurindo o padrão de acumulação vigente O II PND: objetivos, limites e desdobramentos _ As fissuras do pacto político
6.	A crise dos anos 70: a mobilização popular
	A exaustão dos trabalhadores Das revoltas às novas organizações populares O ressurgimento do espaço político-partidário
7.	E la nave va
	As novas dimensões da crise econômica O aprendizado das diferenças Os movimentos sociais: da utopia à construção da realidade
8.	Conclusão
9.	Vocabulário crítico
10.	. Bibliografia comentada

1 Introdução

O ano de 1985 teve um papel-chave no desenrolar da história recentíssima do país. Ele assinala, em teoria, a tão propalada "transição democrática", no sentido da restauração da ordem institucional e do retorno dos militares aos quartéis. O longo caminho até aí percorrido, bem como o significado real de tal fato, são as preocupações norteadoras deste estudo.

O golpe de 64, significando a ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes, forneceu a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro.

O período viria a caracterizar-se pela crescente participação do Estado na economia e pela ampliação das atribuições do Executivo em detrimento dos demais poderes e canais de representação política. Por seu papel na gestão da produção e do sistema financeiro, como elemento básico da articulação entre os diversos setores, aprofundou-se a interdependência entre o político e o econômico. Daí um quadro crônico de instabilidade relativa, onde a crise de um se traduz em crise do outro, a despeito do aparato repressivo montado

e sofisticado nessa época. As variadas tentativas de legitimação da ditadura, lançando mão de seus êxitos econômicos, exemplificam este processo.

No entanto, a combinação de uma conjuntura recessiva internacional, com a exaustão de uma classe trabalhadora vitimada por anos de arrocho e o acúmulo das contradições do modelo praticado, inaugurariam a crise brasileira por volta de 1974. Em meio às hesitações da política econômica ressurgiriam as manifestações explícitas e massivas do descontentamento popular, bem como novas formas de organizá-lo.

As ambigüidades desse processo, bem como sua relação com a nossa realidade cotidiana, são também objetivo deste trabalho: a abertura política viria a se constituir em "moeda de troca" da opção pela recessão.

2

O golpe de 1964 e seus antecedentes

Analisar a crise de 1964 é tarefa complexa. Tratava-se de um período de descenso do ciclo econômico, mas não de uma crise econômica de maiores proporções, que pusesse em risco a continuação da acumulação capitalista. Porém as dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de definir quem teria maior peso político, vale dizer, conduziria o Estado na direção da satisfação de seus interesses.

Configurava-se um quadro político, econômico e social de exacerbação do período 1961-64. As disputas partidárias, a polêmica entre Executivo e Legislativo, as greves, a inflação, as conspirações revelam a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar. Por conveniência metodológica, separaremos as diversas instâncias desse processo, lembrando porém que foram simultâneas e estavam intimamente articuladas.

Os aspectos econômicos da crise

As condições da industrialização brasileira

Recuemos um pouco no tempo. A industrialização brasileira processou-se num quadro conflitivo entre o setor ur-

bano-industrial e o setor agroexportador. Daí entretanto não surgiram "dois Brasis", ou uma estrutura dual, mas um compromisso (Oliveira, 1976) segundo o qual a exportação de produtos agrícolas garantiria a entrada de divisas estrangeiras, com as quais se poderia adquirir máquinas e equipamentos no exterior para a implantação e manutenção do parque industrial. Conservar a produção agroexportadora era uma das condições para a industrialização, porém sem estimulá-la como núcleo central da economia, desviando os recursos nela gerados para o setor urbano-industrial (via confisco cambial). Em contrapartida, o fortalecimento do parque industrial traria ao setor agroexportador a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transportes e de comunicações, em suma, facilidades para o escoamento de sua produção. Além disso, as oligarquias rurais contavam com o apoio industrial no sentido de manter intocada a estrutura da terra e do trabalho no meio rural.

Durante o período Vargas (1930-54), houve um esforço no sentido de internalizar parte da produção do setor de bens de capital (Departamento I da produção industrial), até então proveniente do exterior. Realizado através da implantação de indústrias que potencializassem o parque industrial e o suprissem de bens essenciais, apoiou-se nas empresas estatais, dado o alto custo de produção e lento tempo de retorno. Este empenho favoreceu o processo de substituição de importações, privilegiando o setor industrial de bens de consumo correntes (Departamento II), predominantemente formado por capitais de origem nacional.

A partir da década de 50, algumas alterações de extrema importância ocorreram no processo industrial, com a súbita criação da indústria de bens de consumo duráveis (Departamento III). Na gestão Kubitschek (1956-61), o Plano de Metas, a construção de Brasília e principalmente o estímulo à entrada de capitais estrangeiros, impulsionaram a produção

automobilística, seguida de perto pela de eletrodomésticos. Este setor industrial, composto pelo grande capital internacional (embora admitindo sócios locais), rapidamente constituiu-se no motor de arranque da economia, exigindo, entretanto, elevado fluxo de importações para montagem de equipamentos e envio de lucros a suas matrizes.

Quanto ao setor de bens de consumo, embora não fosse agora o mais dinâmico, era ainda responsável pela maior parte da produção industrial: em 1958, contribuiu com 52,5% do total da produção, e em 1962, com 43,5% (Mantega e Moraes, 1979, p. 39).

O Estado, visando favorecer o processo de industrialização, mantivera uma política fiscal conservadora, não ampliando suas receitas e recorrendo cada vez com maior freqüência ao capital estrangeiro para manter suas inversões em energia, transportes, siderurgia etc. Crescia sua participação na economia, quer diretamente — organizando e gerindo infra-estrutura e grandes empresas destinadas à produção de bens de capital —, quer indiretamente — através do financiamento público dos ramos de longa maturação, especialmente através do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

A acumulação capitalista no Brasil operava uma crescente concentração de capitais, pois a introdução de indústrias de duráveis incorporando tecnologias cada vez mais sofisticadas, impunha "barreiras técnicas e financeiras à entrada de capitais de menor porte, possibilitando a estruturação monopolista do setor" (Mantega e Moraes, 1979, p. 28). Em decorrência direta, favorecia a concentração de renda, criando novos empregos relacionados às esferas técnicas e administrativas, com salários mais elevados, mantendo-se o salário mínimo sob maior controle.

Economia e política na crise de 1964

O processo de concentração de capitais e de internacionalização da economia dava origem a disputas políticas en-

tre os diversos segmentos do capital, com vistas ao papel do Estado e de seu favorecimento a um ou outro segmento da economia.

Algumas interpretações privilegiam o aspecto econômico na crise que conduz ao golpe de Estado. Maria da Conceição Tavares e José Serra consideram que a taxa de lucro decrescia, no período 1962-64, devido às altas inversões de capital anteriormente realizadas, associada a problemas de demanda — pequena extensão de uma classe média capaz de consumir os novos bens produzidos ao que se somava uma inflação crescente, tornando ilusórias as taxas de lucro (Apud Mantega e Moraes, 1979, p. 28-42).

Efetivamente houve uma redução da taxa de inversão a partir de 1962, mas tratava-se de ocorrência normal, dado o volume anterior de investimentos e o tempo exigido para ocupar toda a capacidade industrial instalada. No entanto, o próprio processo industrial já criava camadas médias aptas a consumir, enquanto a inflação atuava do lado do capital e não contra, ao incidir principalmente sobre os salários, não imediatamente corrigidos.

Para Francisco de Oliveira, as razões sociais e políticas sobrepunham-se à crise econômica, uma vez que os trabalhadores, visando impedir avanços sobre seus salários, contrapunham à inflação uma crescente mobilização. O processo inflacionário perdia sua eficácia, e as inversões de capital do setor industrial reduziam-se, não por razões apenas de cunho econômico, mas por injunções políticas. Somente o Departamento II, cuja produção destinava-se ao consumo popular, teria experimentado uma crise clássica de realização, pela deterioração dos salários (Oliveira, 1976, p. 47).

Maria Moraes, corretamente a nosso ver, acrescenta que o Estado, financiador de parcela fundamental da produção, encontrava-se em crise, pelo bloqueio político imposto à concessão de recursos externos. Confluíam as limitações do Estado com um momento em que o ciclo industrial encontrava-

se numa fase descendente, desequilibrando a estrutura econômica. A crise de 64 seria pois a unidade de determinações econômicas — oriundas do estilo capitalista brasileiro apoiado no Estado e no capital estrangeiro — e políticas, pela ascensão do movimento de massas (Mantega e Moraes, 1979, p. 47).

Mas a crise atravessava também o próprio empresariado, pois estava em jogo definir que setor deteria a hegemo nia do processo de acumulação capitalista.

Da crise político-partidária à nova ordem institucional

Os partidos e a representatividade

A criação dos partidos na redemocratização de 1945 estabeleceu linhas gerais consolidadas entre 1946 e 60, importantes por balizar o terreno da disputa política. Dificultando a formação de partidos regionais ou estaduais, favoreceu mais o surgimento de frentes partidárias, do que partidos imediatamente representativos, dando origem às acusações de "amorfismo" ideológico. A fórmula definida de representação eleitoral — voto majoritário para os cargos executivos e o Senado e proporcional para a Câmara dos Deputados e os legislativos estaduais (Souza, 1976) —, aliada a um critério de proporcionalidade imperfeito, sobre-representava os Estados tradicionalmente conservadores, em detrimento das grandes zonas urbanas. Em 1962, segundo Glaucio Soares, se o critério fosse estritamente proporcional, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Guanabara, somados, deveriam ter mais 67 deputados, enquanto que os demais Estados reduziriam sua participação em 18 deputados (Apud Souza, 1976, p. 125). Sub-representados na Câmara dos Deputados, pior acontecia no Senado, onde o número de assentos era idêntico para todos os Estados, independentemente de sua população.

Os grandes partidos nacionais então criados foram: PSD - Partido Social Democrático - fundado a partir da máquina do Estado Novo, através de seus interventores, com estreitas aliancas com as oligarquias agrárias regionais. Ligado a Getúlio Vargas, representava sua ala de apoio conservadora: PTB — Partido Trabalhista Brasileiro — também criado a partir das instituições do Estado Novo por meio do Ministério do Trabalho, via sindicatos a ele atrelados, visando incorporar a população de trabalhadores urbanos; UDN — União Democrática Nacional — principal partido de oposição ao getulismo, inicialmente constituía-se de ampla frente. Congregava setores médios (advogados, profissionais liberais), além de industriais e fazendeiros, apoiando-se numa plataforma liberal e moralizante; e, finalmente, PCB — Partido Comunista do Brasil — contava com grande prestígio popular no período, sendo proscrito em 1947 e continuando suas atividades na ilegalidade.

Outros partidos menores surgiram entre 1946 e 60, em sua maioria com conotação regional, porém pouca expressão eleitoral, manifestando-se principalmente através de alianças com partidos maiores.

Até 1961, o jogo político-partidário privilegiara o PSD, ao qual o PTB somava suas forças na maioria das eleições presidenciais. Quanto à UDN, permanecia o segundo grande partido em número de votos. Tendo perdido sua característica de frente, expressava uma elite intelectual ferrenhamente conservadora. O crescimento do PTB (apoiado pelo PCB ilegal porém atuante) e a sobrevivência do "getulismo" configuravam para a UDN um avanço do comunismo no país. Diante disso, várias vezes articulou-se com militares constituindo para si uma identidade golpista.

Justamente em 1961 pela primeira vez a UDN levava seu candidato — Jânio Quadros — à Presidência da República,

mas sua vitória foi mais ilusória que real. Jânio, apartidário, não seguia os parâmetros udenistas, especialmente quanto à política externa. Sua renúncia reabriu as velhas feridas e a crise para a posse de João Goulart — vice-presidente eleito pelo PTB — gerou crescente polarização. Para contorná-la estabeleceu-se o Parlamentarismo como condição do mandato, supondo neutralizar um presidente vinculado ao movimento popular em ascensão. Através de plebiscito em janeiro de 1963, porém, Jango reverteria a situação, retornando ao sistema Presidencialista.

Um delicado equilíbrio

Mas afinal, no que consistiu o quadro político do imediato pré-64? Em primeiro lugar, os anos 1961-64 caracterizaram-se por intensa mobilização popular. Vivia-se um instável equilíbrio entre os partidos, configurando tanto a ruptura do pacto populista (expresso principalmente através da associação PSD/PTB) quanto a emergência da participação popular não tutelada na cena política. A expressão partidária dessas lutas — centradas nas reformas de base, especialmente a Reforma Agrária — demonstrava cada vez mais claramente os perfis ideológicos dos parlamentares. Sua atuação direta a favor dos segmentos em luta e a formação de frentes interpartidárias traziam maior transparência à disputa política, descortinando as fissuras no interior da classe dominante e pondo a nu as contradições de classe, independentemente do espectro partidário.

Afigurava-se um impasse entre Executivo e Legislativo que demonstrava tanto o caráter progressista do primeiro quanto o conservadorismo do segundo, expressando porém o aumento da representatividade de ambos. Inviabilizavamse as formas tradicionais de condução política (Souza, 1976).

Duas grandes polêmicas agitavam o período: as reformas de base e a luta antiimperialista. As manifestações do

Executivo a esse respeito foram manter a política externa independente, estabelecer limites para a remessa de lucros ao exterior e, finalmente, em março de 1964, enviar ao Congresso o projeto das reformas.

A divisão se delineava no interior dos partidos conservadores. No PSD, o grupo da Ala Moça apoiava as reformas, enquanto seus outros segmentos retiravam o apoio a Jango. Na UDN, as diferenças eram entre o grupo progressista da Bossa Nova e os conservadores ortodoxos. Quanto ao PTB, ampliava-se sua penetração no interior enquanto os pequenos partidos ideológicos cresciam em influência nos grandes centros urbanos. Tudo apontava na direção de um efetivo realinhamento partidário (Souza, 1976, p. 139-69).

A monopolização e internacionalização da economia brasileira refletiam-se nessas disputas. Uniam-se segmentos udenistas e militares, visando orientar a política externa para um "alinhamento automático" com os Estados Unidos, sem as restrições previstas pelo Executivo à participação dos capitais estrangeiros. Como pano de fundo, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que enfatizava um certo modelo de desenvolvimento econômico. Restava aos militares assegurar sua coesão interna — alijando seus segmentos mais ligados à vertente nacionalista — e garantir o apoio do empresariado.

Congregando militares, políticos e empresários, em novembro de 1961 foi fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), com fartos contatos e recursos internacionais. Configurado à sombra do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o IPES tinha a função de centro de elaboração estratégica. "No curso de sua oposição às estruturas populistas, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar" (Dreifuss, 1981, p. 164), somando-se ao papel equivalente desempenhado pela ESG nos meios castrenses.

IPES/IBAD iniciaram acirrada campanha contra o que consideravam a "bolchevização" do país, tendo como lemas básicos a segurança interna e a construção "racional" do desenvolvimento. Seu âmbito de ação era nacional, aglutinando setores industriais urbanos — nacionais e associados, grandes e pequenos — e atingindo as oligarquias rurais, pelo viés da Reforma Agrária. Suas argumentações eram: a) que obstáculos ao capital internacional significariam uma brecha para restrições mais amplas a qualquer capital; e b) que as manifestações populares desorganizavam a produção e, no limite, subvertiam a ordem e até mesmo a hierarquia militar.

O golpe de 64 significou, portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijava e reprimia os movimentos populares. De outro, afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos.

Para parcela expressiva da população, que supunha a legalidade como norma de conduta dos militares, o golpe apareceu como um raio. Já para seus articuladores do IPES e para os políticos udenistas, assemelhava-se a um bálsamo. No entanto, em pouco tempo a lua-de-mel entre militares e políticos iria desvanecer-se. O preâmbulo do Ato Institucional nº 1, ao dotar o Executivo — militar — de amplos poderes, inclusive o de suprimir direitos políticos, sobrepunha-se determinadamente ao Legislativo:

Fica assim, bem claro, que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

A UDN sentia-se, agora, firmemente instalada no poder, assumindo pastas ministeriais ao lado dos novos tecnocratas. Rapidamente, porém, ficou evidente a impotência dos cargos eletivos. Políticos como Carlos Lacerda, aliado de primeira hora dos militares, visavam a presidência, tornandose concorrentes, embora do mesmo lado da arena política.

As primeiras eleições após o golpe, apesar dos controles impostos para inviabilizar a vitória da oposição, foram o prelúdio do novo papel reservado aos políticos.

As questões sociais: das reivindicações populares à repressão

A partir da década de 1950 — com o deslanchar do capitalismo e a industrialização da agricultura — acelerou-se a expulsão da população rural. Esse contingente deslocado para as regiões urbanas, não encontrava imediatamente ocupação nos setores já estabelecidos (indústria, comércio), sobrevivendo de ocupações domésticas, biscates, subempregos em suma, cuja remuneração era ainda inferior ao salário mínimo. Isto favorecia duplamente a expansão capitalista: a) pela formação de gigantesco exército industrial de reserva, contribuindo para rebaixar o valor dos salários e dificultar a organização dos trabalhadores (Kowarick, 1977); e b) pelo exercício de funções de suporte da rede industrial que então se montava, aliviando as grandes empresas de custos para o estabelecimento de pontos de reparo e de venda. Inseriam-se nessa lógica as oficinas de "fundo de quintal" e a legião de vendedores ambulantes, abundantes nos anos 50 e 60 (Oliveira, 1976, p. 27).

Concomitantemente, a legislação trabalhista, organizada em moldes corporativos, excluía os trabalhadores rurais de seus "benefícios", enquanto para os urbanos estabelecia um piso salarial — o salário mínimo — cuja instituição baseou-se no cálculo da mera reprodução biológica da força de trabalho. Sua decretação em 1940 não teve efeitos distributivistas na renda, mas, ao contrário, acabou nivelando por baixo as diversas categorias profissionais (Oliveira, 1976, p. 13). Este processo pode ser ilustrado pelo Quadro I, onde se nota que, após uma breve recuperação em 1961, os salários

entraram em fase descendente, registrando perdas reais. No mesmo período, acentuava-se a inflação, como se observa no Quadro II.

Índices (mínim	IDRO I de salários os reais 1940 = 100	QUADRO II Índice de custo de vida — variação média anual		
Anos	Índice de salário mínimo real	Anos	Índices / %	
1960	100	1960	31,7	
1961	112	1961	39,9	
1962	102	1962	53,5	
1963	90	1963	81,7	
1964	92	1964	76,6	
1965	89	1965	65,3	

Fonte: DIEESE. Boletim, abr. 1982, p. 11-2.

As lutas sindicais

Foi com esse pano de fundo que intensificou-se o movimento sindical nos anos 1960-64, ameaçando romper as imposições estatais bem como estender a mobilização a outros setores e regiões do país. Os trabalhadores e seus órgãos representativos demonstravam firme disposição no sentido de impedir a erosão salarial, multiplicando-se as greves que atingiam vários setores da economia. Paralelamente, ampliavamse suas reivindicações, com os sindicatos e centrais sindicais exigindo maior participação nas grandes questões nacionais.

A manutenção da estrutura sindical conferia ao movimento um duplo caráter: de um lado, identificava-se com parcelas da administração pública, visando ampliar sua área de atuação no interior do Estado e com sua complacência. Os

acordos de cúpula realizados contribuíam, pois, para fortalecer o corporativismo sindical. Por outro lado, à medida que a mobilização popular crescia, configurava-se um confronto com as formas de controle largamente utilizadas, caracterizado, por exemplo, pela eleição crescente de líderes sindicais não "pelegos" e pela formação de frentes intersindicais.

A instabilidade política, inaugurada com a renúncia de Jânio Quadros e os empecilhos para a posse de João Goulart, trouxe os trabalhadores para questões mais diretamente políticas, enquanto as crises de abastecimento do setor de consumo popular estimulavam os movimentos reivindicatórios.

A fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962, e seu percurso refletem essa necessidade de ampliação da margem de ação dos sindicatos, assim como os seus limites. Sua estruturação, mais "a partir de uma grande politização de suas vanguardas do que de um trabalho de ampliação de suas bases, a nível das empresas ou locais de trabalho" (Delgado, 1986, p. 40), contribuía para um fraco desempenho organizativo. Ao mesmo tempo, deslocavam-se do centro da luta as questões mais diretamente pertinentes à vida concreta dos trabalhadores, privilegiando-se problemas mais gerais (Mendonça, 1986, p. 65).

As lutas salariais imbricavam-se a outras de cunho mais abrangente. O ano de 1962 foi marcado por grandes movimentos grevistas, centrados na instituição do 13º salário, finalmente estabelecido em julho, mas as paralisações continuaram, pelo cumprimento da lei por parte dos empregadores. Simultaneamente, o movimento sindical dirigia-se também para o cerne das questões nacionais — exigindo a demissão ou manutenção de gabinetes ministeriais —, configurando o que Erickson (1979) chama de "sindicalismo político".

As marchas e contramarchas, que culminaram com o retorno ao Presidencialismo em 1963, contaram com forte participação sindicalista, especialmente através de suas lideran-

ças nacionais. Nesse mesmo ano, quando já se ouviam os rumores de golpe de Estado e intensificava-se a mobilização dos órgãos classistas empresariais (IBAD/IPES), o movimento sindical ampliava sua atuação na defesa da legalidade democrática, através de campanhas contra a desnacionalização da economia e a favor do imediato estabelecimento das reformas de base. É neste ponto que encontramos a mobilização proveniente do campo.

Os trabalhadores rurais não contavam com legislação trabalhista, sendo proibida desde 1946 a formação de sindicatos rurais. As Ligas Camponesas, abrangendo vasta parcela da região Nordeste, e organizações de trabalhadores rurais de outras regiões, buscavam resgatar seus direitos civis e legais, assumindo caráter sindical. Crescia o movimento dos "sem-terra", exigindo desde a abolição de formas de trabalho tradicionais no campo, até melhorias salariais e infraestruturais — escolas, esgotos, estradas, habitação.

Entre as propostas do I Congresso Nacional de Trabalhadores e Agricultores, realizado em Belo Horizonte, em 1961, figurava a Reforma Agrária através da desapropriação de terras, a serem cedidas aos trabalhadores em forma *individual ou societária* (Dreifuss, 1981, p. 300). Ela deveria beneficiar não apenas aos próprios trabalhadores rurais, pelo acesso à terra altamente monopolizada e em grande parte improdutiva, mas também aos urbanos, pela possibilidade de ampliação da produção de gêneros e do fim da especulação.

Em apoio às reformas de base, mesmo tendo suas próprias bandeiras de luta — a reforma do ensino — acrescentava-se o movimento estudantil, bastante atuante e altamente politizado. Era contudo atravessado por contradições semelhantes às do movimento sindical: a uma politização crescente das vanguardas, correspondiam tanto o afastamento de suas próprias questões internas, quanto de suas bases de apoio.

O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalha-

dores. Significou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento a todas as formas de organização popular. Iniciaram-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões dos líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão. Era o desmantelamento, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial.

3 As bases do "milagre"

O golpe de 64, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo *aprimoramento* e *consolidação* do modelo implantado desde 1955. Bastava, para tanto, recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico. Dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O "milagre" econômico veio a ser seu resultado.

O período compreendido entre 1962-67 caracterizou-se pela recessão da economia brasileira. Entre uma e outra data, situa-se o golpe, que, como vimos, visava empreender uma ação "profilática" no sentido de conter a mobilização social que o arrefecimento econômico acirrava. A partir dessa premissa — o restabelecimento da "ordem" — iria se construir a recuperação.

Assim, a "nobre" tarefa que se colocou para o primeiro governo militar foi, de imediato, o saneamento da economia, assolada por altas taxas de inflação. A saída vislumbra-

da como imperiosa para o restabelecimento do ciclo foi a do contencionismo, consubstanciada no aprofundamento da recessão — uma recessão calculada, no jargão da época —, que funcionaria como "racionalização" dos esforços necessários para uma futura expansão. Esta foi a tônica da política econômica do período 1964-67, cujo resultado seria, de fato, o crescimento surpreendente das taxas de desempenho da economia brasileira a partir de 1968. Deu-se o chamado "milagre", o qual nada mais significou senão a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras.

Uma vez que o principal obstáculo à reprodução da acumulação era a existência de fontes de investimento em volume compatível com o porte da estrutura produtiva implantada, o *objetivo* da política econômica passou a ser a criação de novas alternativas de financiamento, tanto interna quanto externamente. O principal problema seria obtê-las sem acelerar o processo inflacionário, definindo-se a questão nos seguintes termos: como criar recursos sem lançar mão de novas emissões?

Uma nova política salarial e trabalhista

Do ponto de vista do financiamento interno da acumulação, a "fórmula mágica" adotada foi o arrocho salarial. Afinal, as formas clássicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração das empresas e do capital.

Por volta de 1965 uma nova legislação salarial e trabalhista veio à luz, visando atingir três objetivos principais: 1°) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; 2°) a criação de um "novo" sindicato, com funções bem mais assistencialistas — e menos políticas —, que impedisse uma organização efetiva da classe traba-

lhadora; e 3º) o fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social (Erickson, 1979, p. 209).

Tratemos, primeiramente, da nova política salarial. Ela veio aplicar a disciplina antiinflacionária seletivamente contra a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que tornava disponíveis, para outros setores sociais, créditos e demais benefícios. Fixando tetos para os aumentos salariais, o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando os estratos de alta renda, tornados "consumidores preferenciais". Simultaneamente, alterou-se a base do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser a média dos salários percebidos nos dois últimos anos, e não mais o maior salário de até então. Por certo houve uma alteração geral do poder aquisitivo. No entanto, foi a classe operária — por uma série de fatores conjugados que adiante veremos — a mais profundamente atingida por essas medidas.

QUADRO I Evolução do salário real (1958-69)

Anos	Salário médi	o mensal
Allos	Nominal (NCr\$)	Real (NCr\$)
1958	8,54	8,54
1959	11,53	8,54
1960	15,86	8,67
1961	23,00	8,98
1962	36,79	9,36
1963	66,23	9,25
1964	121,20	9,61
1965	169,68	8,14
1966	220,58	6,88
1967	275,73	6,49
1968	344,66	6,51
1969	430,83	6,58

Fonte: IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 279. Além disso, como os salários não incorporavam, proporcionalmente, os ganhos de produtividade atingidos no período, aprofundou-se a concentração da renda, agravada pela capacidade do governo de comprimir os salários básicos, o que resultou na crescente diferenciação do leque salarial no país.

Devido à lentidão com que se elevavam os níveis do salário mínimo, com relação aos preços e à produtividade, a contenção salarial veio a funcionar como uma verdadeira técnica de confisco, aumentando a participação dos lucros no total da renda e promovendo a erosão do salário real entre 1964 e 1967, como pode ser observado a partir do Quadro I.

Estado e sindicatos

A partir de 1967 o governo determinou que a Justiça do Trabalho somente estabelecesse, nos dissídios, reajustes até os índices oficiais decretados, o que transformava o Executivo na matriz das correções salariais, abolindo, na prática, o poder de barganha coletiva dos trabalhadores e as livres negociações entre patrões e empregados. Semelhante situação permaneceria inalterada até 1979 (Souza in: Belluzzo e Coutinho, orgs., 1983, p. 156-7).

Quanto à nova política trabalhista, propriamente dita, procurava-se — após o expurgo das lideranças mais combativas e a intervenção nos sindicatos mais poderosos — apertar a camisa-de-força legal para evitar possíveis mobilizações. Por um lado, extinguiu-se, na prática, o direito de greve. Por outro, regulamentou-se rigidamente os canais de acesso aos postos de direção dentro dos sindicatos oficiais. Além disso, tentou-se estimular a sindicalização, buscando trazer maior número de trabalhadores para dentro deste "novo" sindicato, através de oferecimento de uma série de vantagens para os sindicalizados na obtenção de itens como casa própria, em-

pregos em empresas públicas etc. A expansão dos sindicatos na área rural foi também um dos meios empregados para ampliar a corporativização.

Finalmente, o Estado reestruturou a previdência social, de modo a impedir que líderes sindicais "indesejados" usassem seus recursos contra o "sistema", resultando na burocratização das atividades assistenciais e, ao mesmo tempo, na retenção — sem utilização no setor — da enorme massa de recursos representada pelo imposto sindical. Também sob este aspecto a qualidade de vida do trabalhador brasileiro, como se não bastasse todo o resto, cairia sensivelmente.

Condições de vida e alternativas da classe trabalhadora

Como reagiram os trabalhadores a uma situação, de fato, de tamanha opressão? Fica evidente, após tudo que expusemos, que esta reação foi brutalmente limitada, considerando-se o excessivo controle governamental sobre os sindicatos. Sem seus representantes mais capazes, os trabalhadores perdiam, de imediato, sua capacidade de organizar oposições ou protestos.

No entanto, eles resistiriam de inúmeras formas, ainda que sem o recurso a nenhum tipo de greve mais séria nos primeiros anos após o golpe. Por um lado — face à abertura relativa dada pelo próprio Ministério do Trabalho — formaram-se, por volta de 1967, entidades de organização de protesto contra a política oficial de salários, como o Movimento Intersindical contra o Arrocho Salarial (MIA). Por outro, e esta é uma forma menos explícita de resistência, os trabalhadores recusavam a própria sindicalização, a despeito das estratégias do Estado de torná-la mais atraente. A sindicalização da força de trabalho no setor industrial caiu de 45 para 39% entre 1965 e 1972 (Erickson, 1979, p. 212),

o que demonstra a inviabilidade de revitalizar de cima para baixo os sindicatos *concomitantemente* com a prática de uma política salarial compressiva.

Outrossim, preferimos entender como "resistência" da classe trabalhadora não apenas sua "medição de forças" política com o Estado autoritário, mas sim sua capacidade de recriar alternativas de sobrevivência numa conjuntura como a que se apresentava. A nova política trabalhista e salarial adotada como um dos pilares do futuro "milagre" provocaria transformações drásticas na qualidade de vida do trabalhador, forçando-o à busca de alternativas no seu cotidiano familiar e político.

Com seu salário real erodido, a classe operária procurou recompor sua renda recorrendo a dois expedientes básicos: a extensão da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho familiar. A elevação do número de trabalhadores cumprindo horas extras foi considerável (Singer, 1977, p. 81). Já o segundo aspecto pode ser dimensionado pelo aumento do contingente de mão-de-obra feminina e infantil existente no mercado a partir de então, provocando um abalo na unidade familiar operária. Enquanto em 1958 — certos estudos o mostram para São Paulo — um membro de cada família trabalhava fora, em 1969 este número elevou-se para dois. Contraditoriamente, o efeito desses expedientes foi o próprio rebaixamento do preço da força de trabalho, face ao aumento do volume de sua oferta.

A subordinação dos trabalhadores

Mas a nova política salarial e trabalhista teve outro efeito calculado: ela propiciou a maior subordinação do trabalhador à disciplina da fábrica. A supressão do regime de estabilidade no emprego é seu melhor exemplo. Aprovado em 1966, criava-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como um substitutivo à estabilidade, que veio a provocar al-

terações importantes. Por um lado, ele liberava as empresas do ônus com programas assistenciais que mantinham para seus trabalhadores, uma vez que, agora, depositariam o equivalente a 8% do salário de cada empregado no BNH. Por outro, o fim da estabilidade minou a capacidade de resistência dos empregados, diminuindo seu poder de pressão, mediante o fantasma da demissão.

Porém o desdobramento mais lesivo da nova medida talvez tenha sido a possibilidade de elevadas taxas de *rotatividade* de mão-de-obra que ela introduziu, sobretudo entre os trabalhadores de baixa qualificação. A prática das empresas dispensarem trabalhadores em épocas próximas ao dissídio, permitia-lhes pagar salários menores dos que deveriam ser pagos, caso tivessem mantido seu quadro de empregados inalterado. A ampliação da margem do lucro empresarial é evidente, ao mesmo tempo que a diferenciação salarial, já que, dentro desta "lógica", os salários médios cresciam mais que os baixos, e os altos mais que os médios, abrindo-se um leque salarial que pode explicar, também, a concentração da renda verificada no país entre 1960-80 (Cardoso in: Belluzzo e Coutinho, orgs., 1982).

Lado a lado a esses efeitos, produziu-se igualmente a maior dependência do trabalhador com relação às autoridades patronais, sindicais e previdenciárias, que passaram por uma forte burocratização após 1964. A fusão dos antigos institutos em um só Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) é um exemplo. Contando com milhões de segurados, a instituição manipulava um orçamento somente superado pelo do governo federal. Seu objetivo era criar uma gestão "apolítica" e tecnocrática das atividades assistenciais mas, ao mesmo tempo, sua extrema centralização veio a dificultar o acesso dos beneficiários a seus serviços.

Em seu conjunto todas essas medidas resultaram no garroteamento da classe trabalhadora, promovendo, como não podia deixar de ser, uma brutal elevação da produtividade

física do trabalho, condição sine qua non para a ampliação do lucro em meio à recessão econômica. Basta observar que o índice de produtividade de uma grande siderúrgica mineira como a Usiminas, por exemplo, saltou de 48,5 toneladas/homem em 1965 para 121,9 em 1968 (Singer, 1977, p. 81).

É impossível desconhecer que a política trabalhista e salarial do pós-64 seria responsável direta pelas elevadas taxas de crescimento da economia brasileira a partir de 1968. No entanto, não é possível, também, ignorar o "preço social" pago, por antecipação, pelo "milagre": a erosão dos salários reais e da qualidade de vida dos trabalhadores. Seus indicadores mais contundentes dizem respeito ao volume de acidentes de trabalho no período (um dos maiores do mundo), à desnutrição crônica da população (responsável pela elevação da mortalidade infantil) e à extensão das doenças epidêmicas, num país cujo governo só destinava 0,2% do PIB para saúde pública.

A concentração do capital e da renda

Assumido o controle político do país pelos militares, ocuparam os postos de comando da política econômica os seus aliados de primeira hora: os adeptos do liberalismo econômico e da ortodoxia, em sua maioria antigos participantes do IPES.

Roberto Campos, empresário, figura central da Consultec — empresa de consultoria estreitamente vinculada aos movimentos golpistas e ao grande capital internacional —, antigo professor da ESG, assumiu o Ministério do Planejamento, de importância central na nova ordem. Sob sua inspiração, elaborou-se o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que orientava a estratégia de "saneamento" adotada pelos novos governantes.

O favorecimento do grande capital

Tratava-se de aplicar o liberalismo econômico, às custas da liberdade política. A "eficiência" e a "racionalidade" seriam os critérios de seletividade, pela livre atuação das forças do mercado. Seu resultado, a concentração de capitais potencializada pelo Estado. Através da restrição creditícia, aprofundou-se a recessão, levando-a a suas últimas conseqüências. O combate à inflação, sua justificativa, atuou em três vertentes básicas.

A primeira, como já vimos, através da extrema contenção salarial. Já a segunda estratégia dependia da estreita colaboração entre governo e iniciativa privada, cujas respostas eram mais rápidas e ágeis quando se tratava de setores dominados por pequeno número de grandes empresas, contribuindo para estreitar a relação Estado-capital monopolista. Tratava-se do remanejamento de preços internos realizado através do tabelamento pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), sendo concedidos aumentos apenas quando justificados por elevação de custos. Favoreceu-se a institucionalização dos precos oligopolistas, pois os setores dominados pelo grande capital, tendo por base empresas com ampla utilização de tecnologia, mais eficientes portanto. tornaram-se os padrões para a fixação dos preços. Resultou no estrangulamento de pequenas e médias empresas, cuja estrutura de custos variava de unidade produtiva a outra, representando uma via direta de concentração de empresas e de capitais (Singer, 1977, p. 86-7).

Finalmente, visando conter a hemorragia fiscal que estimulava a inflação foram aumentadas as tarifas dos serviços públicos e ampliadas as taxações indiretas. A reforma adotava o reajuste monetário para os débitos fiscais e dívidas com a previdência social, além do reforço da incidência de impostos — Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Apenas

aquelas empresas cuja produtividade garantia preços unitários *abaixo* dos demais tinham fôlego para manter-se, enquanto as menores foram gradualmente eliminadas, completandose o "saneamento" e a monopolização da economia brasileira (Singer, 1977, p. 88).

Sua contrapartida foi a criação de uma série de subsídios ao capital (incentivos e créditos fiscais), repassados através de agências estatais, que, por sua vez, ampliaram sua atuação de intermediação financeira. O Tesouro Nacional, através da emissão das Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), passava a funcionar como capital financeiro geral e garantidor do mercado de capitais.

A política de incentivos e de créditos fiscais fazia retornar parte do excedente captado pelo Estado como capital gratuito para as empresas que, conseguindo a façanha de pagar os novos impostos ampliados, os recebiam de volta sem juros e sem obrigação de retorno (Oliveira, 1977, p. 94, grifos nossos).

Para agilizar o mercado financeiro, favoreceu-se ativamente a formação de conglomerados, regulamentando-se os bancos de investimento e promovendo-se a abertura do capital das empresas, pela emissão de ações. O processo de fusões e incorporações associava agora diretamente o sistema bancário ao comercial e industrial (Singer, 1977). A rigor, esse procedimento teve uma feição circular, pois contribuiu para a ampliação dos mecanismos de crédito ao consumidor, estimulando a aquisição dos bens de consumo duráveis.

Oligopolização e concentração de renda

Os setores da economia dependentes do consumo popular foram imediatamente atingidos. Os fabricantes destes bens (Departamento II) viviam uma dupla crise: do lado do consumo contraído e pelo aumento da carga tributária, gerando-

se um quadro de falências e concordatas inusitado. Era o "prelúdio das fusões, incorporações e, no limite, exclusão do mercado das empresas mais débeis" (Oliveira, 1977, p. 93).

Já a produção de bens duráveis (Departamento III), eixo dinâmico do processo, ampliava-se. As grandes empresas
oligopolistas que a compunham — multinacionais, associadas
ou nacionais — tiveram enorme expansão, absorvendo as menores, de seu ramo ou de outros. Com sua base internacionalizada, superavam com facilidade as restrições creditícias
pelo recurso às matrizes, enquanto o grau de monopolização
já atingido permitia que vivessem sem maiores problemas a
ampliação da carga tributária.

Finalmente, novo e importante papel foi atribuído às empresas estatais. Mantendo suas funções de "suporte" da acumulação privada, também elas deveriam se adequar à lógica do mercado, transformando-se em empresas lucrativas e competitivas. Para atingir esse fim, eliminaram-se os subsídios a autarquias e empresas de economia mista, passando o Estado a desempenhar a função do grande capital, aceitando e estimulando associações, especialmente com o capital estrangeiro (Oliveira, 1977, p. 95).

Estava formado o tripé sobre o qual apoiar-se-ia a economia brasileira. O processo de acumulação ancorava-se num setor de bens de capital predominantemente vinculado ao Estado; no de bens duráveis multinacional, impulsionador do processo, e, finalmente, num setor de produção de bens de consumo baseado no capital nacional.

A outra face da oligopolização da economia foi o aprofundamento da concentração de renda. Enquanto a política de arrocho comprimia os salários reais dos trabalhadores, mesmo os mais especializados, a expansão das grandes empresas — privadas ou estatais — criava um grupo de funcionários ligados ao controle da produção e à administração com remuneração altamente diferenciada, sendo que "a taxa de crescimento do salário médio dos burocratas supera em mais

de duas vezes e meia a dos operários em 1949-58 e em *quase* quatro vezes no período 1958-69" (Mantega e Moraes, 1979, p. 36, grifos nossos).

A estrutura da renda no Brasil já era concentrada na década de 60, com os 20% mais ricos apropriando-se de 54% da renda nacional. Sua ampliação foi de tal ordem que em 1970 esses mesmos 20% participaram com 62% da renda total, passando ainda, em 1976, para 67% da renda nacional. De forma inversa os 50% mais pobres da população diminuíram sua participação de 17,7% em 1960 para 11,8% da renda total em 1976, como se observa no Quadro II, a seguir.

O período recessivo de 1964 a 1967 eliminou os obstáculos à hegemonia do grande capital, subordinando desde as camadas populares aos setores do capital até então dominantes. A partir de 67, a política econômica governamental dava uma virada. Os créditos foram liberados, os gastos governamentais ampliaram-se e o controle à inflação foi reduzido, instituindo-se a correção monetária.

Esses os principais aspectos internos do processo de construção do "milagre" brasileiro. Mas sua extensão dependeu decisivamente de uma conjuntura internacional favorável.

QUADRO II Distribuição da renda no Brasil

População remunerada	Pa	articipaçã	0
%			
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,71	14,91	11,80
30% seguintes	27,92	22,85	21,10
15% seguintes	26,66	27,38	28,00
5% mais ricos	27,69	34,86	39,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Guimarães, Alberto Passos. As classes perigosas. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p. 150.

A economia brasileira e o mercado internacional

Crescia a dependência da economia brasileira frente ao mercado internacional, pois as empresas multinacionais pressionavam as importações, comprando equipamentos no exterior, enquanto as remessas de lucros, o pagamento de direitos e assistência técnica enviados às matrizes contribuíam para uma sangria de recursos contínua.

Para manter o equilíbrio entre importações e exportações, não alterando os padrões de acumulação, duas alternativas eram possíveis: acelerar as exportações — o que gerava divisas — ou tomar emprestado no exterior — o que constitui a longo prazo um crescente fluxo de saídas (Mantega e Moraes, 1979, p. 69).

"Exportar é a solução"

Ambas foram implementadas. Do lado do estímulo às exportações, uma série de incentivos fiscais favoreceu os grandes exportadores, especialmente de manufaturados, que ficavam praticamente isentos do pagamento de impostos, tendo acesso a recursos do Estado através de diversas linhas de financiamento e de subsídios diretos. Através desse expediente, conferiu-se um certo "alívio" ao Departamento II pela exportação de têxteis e alimentos, evidenciando um deslocamento do consumo desses bens do mercado interno para o externo (Oliveira, 1976, p. 66). Estimulada por esses incentivos, crescia a penetração do grande capital na agricultura, deslocando parcela das oligarquias tradicionais e incrementando novos cultivos para exportação (soja, cítricos) e seu beneficiamento.

O volume de remessas para o exterior exigia porém que o incremento das exportações fosse contínuo. Apesar do crescimento da parcela referente a manufaturados com relação aos produtos extrativos ou não processados, as importações brasileiras compunham-se de máquinas e equipamentos em quantidades crescentes, além de saídas de capital nas mais diversas rubricas, ampliando-se o déficit da Balança Comercial (Singer, 1977, p. 91).

Os empréstimos

Identificamos aqui a segunda e mais problemática vertente da inserção do Brasil no mercado externo — o endividamento. A crescente liquidez do mercado financeiro internacional gerou um aumento do fluxo de capitais para o Terceiro Mundo, com taxas reduzidas de juros. Os recursos assim captados entravam na economia brasileira como capital de empréstimo, e não aplicados diretamente no setor produtivo.

O estímulo concedido ao sistema financeiro nacional cumpriu nesse processo importante função. Tendo sido permitido aos bancos captarem recursos no exterior para pagamento a médio e longo prazos, repassando-os internamente a curto prazo, completava-se o processo de concentração do capital financeiro e de seu par complementar, o capital industrial.

Crescia exponencialmente a imbricação da economia brasileira com o exterior, inserindo-se decididamente no mercado financeiro internacional e numa nova divisão mundial do trabalho, sob a égide das empresas multinacionais. Desenvolviam-se internamente certas linhas de produção — dependentes de farta mão-de-obra ou matérias-primas — integradas à tecnologia e aos recursos provenientes das economias centrais (Singer, 1977, p. 92).

Os estímulos gerados internamente eram, pois, exportados — a demanda de equipamentos, insumos básicos e tecnologia era dirigida ao exterior, reforçando a dependência. Mantinham-se e reproduziam-se novos diferenciais de valor entre a produção nacional para exportação e as importações, enquanto os capitais de empréstimo avultavam a dívida externa.

4

A busca da legitimidade

As alterações por que passou o sistema político brasileiro no pós-64 podem ser discutidas em função de duas grandes questões: a) a ascensão de elementos das Forças Armadas aos postoschave do governo; e b) a preocupação em se manterem as instituições políticas herdadas do regime anterior, ainda que modificadas suas funções e posição na estrutura de poder.

No primeiro caso, destacam-se as contradições derivadas do envolvimento dos militares com a política, cuja dinâmica — pela constante interação entre aspectos internos e externos à corporação — marcou e marca, ainda, nossa realidade cotidiana mais recente.

Quanto ao segundo aspecto, sobressai o problema da legitimidade do regime militar numa situação de coexistência de uma ordem legal e uma ordem de exceção. Seus desdobramentos são o objeto do capítulo.

Os militares e o poder

Muito se tem discutido sobre a militarização recente dos regimes políticos na América Latina, chegando-se mesmo a

procurar razões "estruturais" para este que parece ter se constituído num "padrão" típico da derrocada dos regimes populistas no continente.

Controvérsias à parte, dois aspectos merecem destaque no tratamento do caso brasileiro em particular: a) o fato de que o exercício do poder pelas Forças Armadas foi estritamente corporativo, respeitando as regras fixadas pelo Alto Comando (o que evitou o personalismo e a autoperpetuação); e b) o fato de aqui terem sobrevivido, bem ou mal, as instituições liberais clássicas, diversamente do ocorrido nos exemplos argentino, chileno ou uruguaio (Krischke, org., 1982, p. 234).

A especificidade do regime militar brasileiro se liga ao quadro de profundas mudanças econômico-sociais por que passou o país nas últimas décadas e seus reflexos no interior do bloco dominante. Diante do impasse provocado pela ruptura do pacto populista, o regime militar instalou-se como a solução inevitável para uma "crise nas alturas" que não era apenas conjuntural ou momentânea.

Mas o papel de destaque que se consolidou para os militares no Estado e na sociedade também se deveu a um processo *interno* de transformação por que passou a própria corporação militar antes mesmo de 1964, resultando numa certa visão do Brasil e do papel que, nele, deviam desempenhar as Forças Armadas. Tudo isso plasmado e articulado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e sua Doutrina da Segurança Nacional (DSN).

A Escola Superior de Guerra em ação

Originária da conjuntura internacional marcada pela guerra fria e sua preocupação com o "enfrentamento" dos blocos ocidental e oriental, a ESG operou a redefinição do conceito de segurança: sua *internalização*. Caía por terra a visão tradicional da defesa, tornando-se o comunismo um

"inimigo interno", capaz de tomar "presas fáceis" como o povo brasileiro, em seu precário estágio de desenvolvimento econômico, político e cultural. Para combatê-lo, a DSN definiu a prioridade do binômio segurança-desenvolvimento, bem como a ênfase na necessidade de maior equipamento e autonomia para as Forças Armadas e no fortalecimento do Estado.

Desenvolvendo uma visão globalizante e organicista da sociedade — para superar os divisionismos — a ESG procurava soluções para a crise brasileira antes do próprio golpe. treinando oficiais e buscando aliados na sociedade civil (sobretudo empresários) dispostos a comungar de sua doutrina. Sem descolá-la da instituição a que pertence — que se baseia, sobretudo, na repressão — a ESG desenvolveu uma ação claramente difusora de ideologias, propagando uma visão dos problemas relativos ao desenvolvimento brasileiro que fundava-se: na crença da segurança como precondição do desenvolvimento; na necessidade do controle global da sociedade e, sobretudo, na prioridade das questões econômicas sobre as políticas. Tratava-se, na verdade, da definição de uma nova função para os militares, reforçando, na prática, a predominância do grande capital — estrangeiro, principalmente — como meio indispensável ao desenvolvimento e à integração harmônica do Brasil no bloco ocidental (Oliveira, 1978, p. 21-5).

Para conseguir seus objetivos, essa elite militar, letrada e culta — conhecida como grupo da Sorbonne —, propunha a reformulação institucional da corporação, baseada na ampliação de sua autonomia face à política civil, na fixação de regras estritas de promoção e carreira, bem como no aumento, qualitativo e quantitativo, da capacidade instalada das Forças Armadas. Dentro desse quadro, o golpe de 64 foi apenas o marco de um amplo processo de transformações.

Mas que processo foi esse? O da expansão de papéis das Forças Armadas, com a recepção de novas funções até então

desempenhadas por civis (Dreifuss e Dulci in: Sorj e Almeida, orgs., 1983). A análise deste percurso pode ser dividida em três fases: entre 1964-68; entre 1969-74 e o período marcado pelo início da "abertura" com o governo Geisel, quando surgiram os primeiros sinais de reversão do processo revolucionário (1974-82).

Muito embora o sorbonismo — núcleo do grupo de apoio de Castello Branco (conforme o Quadro I) — tenha predominado no imediato pós-64, por conter a possibilidade de transcender os limites de um simples golpe de Estado (por seu próprio ideário), a categoria *militares* longe estava de ser um todo homogêneo. A coalizão militar vitoriosa englobava, pelo menos, mais três segmentos: os nacionalistas de direita, os "linha-dura" e as chefias, cada qual com interesses próprios e nem sempre afinados.

QUADRO I

Grupo de correligionários de Castello Branco comparado com as demais linhas

de generais em atividade — 1964

	de generals em atividade				
	Membro da FEB	Egressos da ESG	Membros do corpo permanente da ESG	1.º colocado de turma	Aluno escola militar no exterior
Grupo central de Castello Branco	60%	90%	70%	100%	100%
Demais generais	29,3%	62,4%	13,1%	32,6%	23,9%

Fonte: STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. p. 173.

Entre 1964-66, o grupo da ESG não atuou no vazio, chocando-se a nível interno — com as demais correntes castrenses — e a nível externo — com as oposições civis até então suas aliadas. No campo militar, os nacionalistas divergiam da política econômica cosmopolita levada a cabo, apoiando os "du-

ros" que, por sua vez, rebelavam-se contra a orientação legalista do primeiro governo sorbonista. Gerava-se, assim, uma tensão intra-muros que caracterizou todo o período, respondendo pelas idas e vindas no grau de autoritarismo do regime.

Já as elites civis — mesmo aquelas que haviam articulado o movimento — logo questionaram o caráter do golpe: intervenção "bonapartista" ou "revolução permanente"? No primeiro caso, os militares estariam legitimados pelos setores dominantes. No segundo, ficava clara uma alteração das atribuições das Forças Armadas, o que as tornava ameaçadoras, apesar de úteis.

Em função desse dilema e da política repressiva do governo pós-64, abria-se uma conjuntura favorável à articulação de uma aliança informal de vários setores de oposição, iniciada por volta de 1967 e transformada em movimento de massas em 1968. Incorporou principalmente o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla (incluindo antigos defensores do golpe como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto), lutando contra o regime implantado.

Enquanto isso, no Congresso — espelhando inquietações presentes na sociedade civil —, os parlamentares de oposição eleitos em 1966 passavam a apoiar os crescentes movimentos de protesto, assumindo o papel de denúncia dos atos repressivos do governo, já que suas funções legislativas eram, na prática, inexistentes.

Por outro lado, os setores da chamada "linha-dura" militar organizaram nessa época uma série de ações terroristas visando exatamente a supressão dos resquícios liberais remanescentes. O mais conhecido dentre eles — o caso PARA-SAR, que pretendia explodir gasômetros e instalações de força para atribuílos aos comunistas — foi frustrado pela recusa do capitão Sérgio Miranda de Carvalho em obedecer às ordens de seu superior, brigadeiro João Paulo Burnier (Gorender, 1987, p. 151).

O resultado da conjugação dessas forças seria a edição do Ato Institucional n.º 5, em fins de 1968, consagrando a hipertrofia do Executivo e de seus poderes de exceção. Os militares

transformaram-se em *poder dirigente* sobre a Nação, definidores — em nome da segurança nacional — das regras do jogo político e dos espaços da participação civil. Configurava-se um processo de "interação excludente" com setores empresariais e burocráticos e de marginalização total das massas populares, que acentuou a autonomia da instituição, bem como a afirmação da "linha-dura" no centro das articulações políticas.

A partir de 1968 completou-se o movimento de expansão de papéis e funções da corporação armada, face ao leque de atribuições que lhe cabiam, desde o fortalecimento do Estado à neutralização das tensões sociais; desde a supressão do dissenso político à promoção de altas taxas de crescimento econômico. Este processo de alteração funcional e organizacional das Forças Armadas pode ser percebido em quatro direções: a) na execução e controle das políticas econômicas — embora sua formulação permanecesse a cargo de civis, conquanto não interferissem em áreas de segurança nacional; b) na administração direta de autarquias, órgãos e empresas públicas, onde chegaram a representar, por volta de 1979, 27,8% dos altos funcionários do Estado; c) na constituição de moderno sistema de informações, articulado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), tornado o verdadeiro centro formulador das diretrizes da vida social, política e militar do país, um superministério intocado pelo Legislativo ou o Judiciário; e, finalmente, d) na implantação de poderoso complexo industrial-militar — centrado no tripé Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Indústria Brasileira de Material Bélico (Imbel) e Empresa Gerencial de Projetos Navais (Engepron) — que entrelaçou os interesses da corporação a uma vasta rede de empresários privados.

As contradições

Não é difícil perceber as profundas contradições decorrentes do crescente envolvimento dos militares com o poder. Em

primeiro lugar, deu-se o flagrante esvaziamento do conteúdo das instituições preservadas do regime anterior. Em nome da segurança, o debate político deslocou-se do Legislativo, penetrando no próprio interior das Forças Armadas (identificadas diretamente ao Executivo). Instalava-se o principal paradoxo do sistema, aquele entre o *papel profissional* e o *papel político* dos militares. O primeiro, requerendo sua "neutralidade" e "despolitização" e o segundo, gerando um faccionismo que "representa a possibilidade tanto de um dissenso interno (...) como da quebra da hierarquia e o enfraquecimento da autoridade" (Klein e Figueiredo, 1978, p. 48).

Ao mesmo tempo, aprofundava-se a contradição entre a multiplicidade de funções das Forças Armadas e sua *imagem nacional*, isto é, de uma corporação *acima* de interesses particulares, que ficava obscurecida pelo envolvimento entre o militar-administrador e seus aliados empresários. Recolocava-se a velha questão da autonomia institucional, tanto interna quanto externamente, gerando tensões e desgaste político.

Finalmente, eclodiam as contradições entre o *formato organizacional* da instituição (e seus *valores*) e as novas funções assumidas por ela. Os rígidos padrões de promoção, punição e hierarquia tiveram de ser alterados no sentido de uma nítida burocratização e politização, paradoxal ao tradicional objetivo militar de uma profissionalização criativa e meritosa (Dreifuss e Dulci, op. cit., p. 113).

Em meio a tais pressões e contrapressões, a abertura acabou por oferecer às Forças Armadas uma possibilidade de solução desses problemas. Provocava, entretanto, a polarização interna entre o grupo encastelado nos órgãos de segurança e aquele preocupado com a recondução da instituição ao desempenho de seus papéis constitucionais. Enquanto os primeiros lutavam pela preservação do *status quo*, os segundos buscavam uma "caixa de ressonância" na sociedade civil, dando o tom e o ritmo da política de distensão — lenta e gradual — mal definida entre 1974-82.

A hipertrofia do Executivo e o jogo político

Inúmeras são as formas de tratamento do jogo político e partidário no pós-64. Por um lado, podemos abordá-lo a partir da contradição existente entre seus componentes duráveis e mutáveis, que marcou os sucessivos rearranjos vivenciados pela coalizão vitoriosa com o golpe. Como o colocam Cruz e Martins (in: Sorj e Almeida, orgs., 1983, p. 13) "esses dois aspectos (...) longe de se antagonizarem, se complementam: as mudanças (do regime) viabilizaram a conservação (do poder)".

Por outro, podemos periodizar as etapas da institucionalização do Estado de Segurança Nacional (ESN), assim chamado na medida em que a DSN conseguiu moldar suas estruturas e formas de controle da sociedade e do governo. Sob esta ótica, as transformações do Estado, no período, só podem ser avaliadas em relação à sua interação dialética com os movimentos de oposição gerados na sociedade civil (Moreira Alves, 1984). Haveria, assim, três fases de institucionalização do Estado. A primeira — abrangendo os governos Castello Branco e Costa e Silva — lançou as bases do ESN, corporificando-as na Constituição de 1967. A segunda, compreendida entre 1969-1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando tanto o quadro legal, quanto a prática da coerção. Já os períodos Geisel e Figueiredo (1974-84), corresponderiam ao estabelecimento de estruturas mais permanentes e flexíveis de poder, consubstanciadas na política de "distensão".

Preferimos optar, aqui, por uma forma bem mais circunscrita de tratamento do problema: a definição das *formas de legitimidade* política buscadas pelo regime instaurado em 1964. Dessa maneira achamos que se torna mais evidente a discrepância entre os princípios que regeram as esferas econômico-administrativa e legal-política ao longo do período, desnudando a contradição entre a estabilidade relati-

va da primeira e a instabilidade permanente da segunda, raiz da crise política brasileira contemporânea e seus — ainda — impasses.

A lei e a exceção

A discussão da legitimidade do novo regime não pode prescindir da sua dimensão militar, uma vez transformada a corporação no ator privilegiado da tomada de decisões políticas, bem como nas eclosões autoritárias que marcaram este processo. Sendo ela uma instituição cheia de clivagens, e relativamente "autônoma" face à sociedade civil, estabeleceuse um trânsito precário entre ambas, condicionando o jogo político às tensões internas da organização.

Resultou desse conjunto um padrão de coexistência entre duas ordens "legais" — a "revolucionária" e a formal — que, em vários momentos, alternaram-se, conferindo as características mais abrangentes do regime, isto é, sua precária estabilidade e o vazio de legitimidade política.

A preponderância das práticas da ordem "revolucionária", baseada na concepção de que as normas somente devem ser criadas quando *necessárias*, inviabilizou sua própria regulamentação, tornando-se instrumento valioso na prevenção contra as "surpresas" que a prática jurídico-política freqüentemente reserva (Klein e Figueiredo, 1978, p. 27). A indefinição normativa — gerando um quadro de expedientes de exceção — impunha o "garroteamento" das instituições políticas, muito embora a *legitimidade* fosse questão prioritária para o novo grupo no poder.

Enquanto ainda se viviam os tumultuados dias da "operação limpeza" que se seguiu ao golpe, a "legitimidade" baseou-se, tão-somente, no quadro institucional dos chamados Inquéritos Policial-Militares. Fonte de poder *de fato* para um grupo de agentes que configurou o primeiro núcleo do aparato repressivo em gestação, os IPMs respaldaram o ex-

1807S

In pr2 95.

purgo dos elementos politicamente ligados ao regime deposto. Era o apogeu do primeiro ciclo de coerção política definido por Figueiredo (op. cit.), cujas dimensões podem ser aquilatadas no Quadro II, a seguir.

QUADRO II
Tipo de punição por ciclo político

	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
	1964/65	1966/67	1968
Suspensão/			
Cassação	12,9% (386)	78,1% (238)	28,4% (434)
Aposentadoria	19,2% (575)	0,6% (2)	35,4% (547)
Reforma	19,6% (585)	5,9% (18)	16,6% (241)
Demissão	47,1% (1 406)	14,8% (45)	20,9% (324)
Destituição	1,2% (37)	0,6% (2)	0,1% (1)
Total	100,0% (2 489)	100,0% (305)	100,0% (1547)

Fonte: KLEIN & FIGUEIREDO, 1978, p. 155.

"Arrumada a casa", no entanto, os expedientes da ordem "revolucionária" não poderiam estabelecer-se como único critério de legitimação, esboçando-se uma tendência à recomposição da ordem legal, a despeito da ampliação da competência da justiça militar e da concentração, no Executivo, da atribuição de normatizar a esfera jurídica.

Tentou-se sustentar a legitimidade do novo regime através da preservação das instituições herdadas do anterior, estabelecendo-se um compromisso instável que caracterizou o período até outubro de 1965, quando foi promulgado o Ato Institucional n.º 2. O compromisso de manter desta forma a dominação sofreu um sério revés.

O AI-2, além de consagrar a supremacia do Executivo frente aos demais poderes — conferindo-lhe a faculdade de decretar estado de sítio e cassar mandatos —, eliminou as organizações político-partidárias até então sobreviventes, num

reconhecimento tácito de sua inviabilidade na legitimação do regime. O autoritarismo dos militares da "linha-dura" se impunha — até dentro da própria corporação — como resposta à vitória da oposição nas eleições de outubro de 1965, em cinco dos onze Estados mais importantes.

Simultaneamente, o regime tentava estruturar uma nova ordem política, instituindo o bipartidarismo. Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição, doravante congregariam os elementos originários das correntes partidárias extintas. Iniciava-se um jogo político sobredeterminado pela imprevisibilidade. Na prática, isto correspondia à restrição do debate político, inviabilizado o desempenho *efetivo* quer do papel da oposição, quer do partido governista. Esvaziava-se a função tradicional do Congresso, de propor e elaborar leis, cabendo-lhe apenas o espaço restrito da discussão da matéria encaminhada pelo Executivo.

A Constituição de 1967 — a despeito do clima de "alívio" político insinuado pelo discurso oficial do governo Costa e Silva — veio a formalizar as mudanças sofridas pela estrutura de poder, coroada pela hipertrofia do Executivo. No entanto, como lembra Moreira Alves (1984, p. 111), apesar de profundamente autoritária, a Carta também continha passagens indicativas do objetivo da restauração democrática, reproduzindo a contradição básica do regime até a crise institucional de 1968, com a edição do AI-5.

A ordem ditatorial

O novo Ato Institucional veio, como vimos, a pôr fim aos movimentos de "rebeldia" que se tinham organizado em vários níveis, desde a Frente Ampla até o movimento estudantil e as greves de trabalhadores em Contagem e Osasco. Decretado em dezembro de 1968, ele suspendia todas as garantias constitucionais e individuais, sem prazo para sua vi-

gência. Assinalou mudanças no regime, explicitando o deslocamento dos sorbonistas do centro das articulações militares e ampliando ainda mais os poderes presidenciais pela incorporação do caráter permanente dos controles a ele atribuídos. A função legitimadora do Congresso foi sumariamente dispensada, sendo o órgão fechado e reaberto somente em outubro de 1969, quando da necessidade de ratificar a escolha de novo presidente pelo Alto Comando das Forças Armadas. O AI-5 marcou também o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Tanto Arena quanto MDB sofreriam pesadas perdas, através de cassações de mandato de seus deputados e senadores, que reduziram o primeiro partido à total subserviência e o segundo à quase impotência.

O movimento estudantil, bastante atuante nas manifestações de 1968, sofreu também severas perseguições: desde a direita pára-militar constituída pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e pelo Movimento Anti-Comunista (MAC), até a prisão de 800 de seus líderes quando da realização do Congresso da UNE em Ibiúna (São Paulo), marcando seu declínio. A repressão aos sindicatos renovou-se. Configurava-se novo ciclo na ditadura marcado pela violenta coerção no interior dos partidos, universidades e órgãos públicos.

A luta armada

Nesta nova conjuntura, os setores de oposição que até então pretendiam reformas mediante resistência não-violenta enfraqueceram-se. A violência do Estado pós-AI-5 convenceu a amplos segmentos de que a ditadura assim fortalecida só poderia ser derrubada pela força das armas. "Violência contra violência. A única solução é o que agora fazemos: empregar a violência contra aqueles que primeiro a usaram para atacar o povo e o país" (Marighela apud Moreira Alves, 1984, p. 156).

A partir de 1969 tiveram início efetivamente as práticas de guerrilha urbana e rural, que perdurariam durante cinco anos, exacerbando uma "dialética da violência" cujo resultado veio a ser a consolidação da engrenagem do aparato repressivo. A estratégia revolucionária — baseada na teoria dos focos de Régis Debray exemplificada pela ação de Che Guevara na Bolívia, e na guerra prolongada derivada da experiência chinesa — preconizava a luta armada a partir do meio rural como prioridade. No entanto, acabou concentrando-se nas áreas urbanas, envolvendo sobretudo organizações de militantes oriundos do movimento estudantil. Dentre estas. destacaram-se a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR que somava trotskistas e ex-militares); a Ação Libertadora Nacional (ALN — organizada em torno de Marighela e Jover Telles); o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8, nome adotado por dissidências estudantis do Rio de Janeiro) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares, resultado da fusão de diversas organizações). Já no campo, o principal movimento de guerrilha foi o da região do Araguaia, no sul do Pará, em 1972, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e duramente reprimido através de enorme operação militar na Amazônia (Gorender, 1987).

O sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick realizado conjuntamente pela ALN e o MR-8 em 1969 é apontado como um marco no recrudescimento da repressão no período. O Estado reagiria imediata e violentamente em três vertentes: a) os Atos Institucionais 13 e 14, que complementaram a estruturação legal do aparelho repressivo pelo banimento de presos políticos e a instituição da pena de morte para a agora declarada "guerra subversiva"; b) a Lei de Segurança Nacional, que assegurou a aplicação prática da Doutrina de Segurança Nacional através do controle total dos meios de comunicação e da supressão das liberdades civis;

e, finalmente, c) a Emenda Constitucional nº 1, que anulou qualquer sobrevivência liberal da Constituição outorgada de 1967.

Institucionalizando o arbítrio

Se até esse momento eram patentes as dificuldades de regulamentar as funções do Legislativo, bem maiores ficaram a partir da Emenda Constitucional n.º 1 — vulgo, "Constituição de 1969" — que incorporou o AI-5 à Carta de 1967. Na prática equivaleu a institucionalizar a *inobservância* à própria Constituição, já que possuía, exatamente, o sentido de negação da ordem legal. Consagrava-se o arbítrio, dando ao Executivo a possibilidade de atuar "legal" ou "excepcionalmente", sem nenhuma previsão.

Datam daí as operações de detenção em larga escala, bem como a institucionalização da tortura, envolvendo diretamente setores das Forças Armadas, através da criação de órgãos especializados, como os Destacamentos de Operações e Informação acoplados aos Centros de Operação e Defesa Interna — os DOI-CODIs; o Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação da Aeronáutica (CI-SA). Tal movimento viria a representar, como já o apontamos, uma séria ameaça institucional à imagem da corporação armada, até então associada a seu papel de defesa externa.

Foi dentro dessa estreita margem de manobra que os dois partidos legais tentaram, a partir de 1970, definir para si novos papéis. A Arena aprofundava seu caráter de instrumento do governo, provando seu desempenho ao agilizar a tramitação legislativa dos projetos, tentando transformar-se em órgão dotado de "funções técnicas". Seu objetivo era participar da tomada de decisões junto à esfera econômico-financeira, de cujo monopólio o poder Executivo não pretendia abrir mão. O MDB, por outro lado, vivia uma contradição "hamletiana": impedido de exercer seu papel de opo-

sição, qualquer atuação mais combativa implicaria em riscos insustentáveis. A própria autodissolução foi cogitada por uma de suas correntes como saída para o impasse.

A tensão política acumulou-se entre 1970-73, gestão do general Médici, período durante o qual perdurou a chamada "guerra suja", que culminou com a morte dos principais líderes e o desmantelamento dos grupos revolucionários armados. Buscar a "normalidade" pela recomposição de uma ordem constitucional assim quebrada era difícil, num regime atravessado pela legislação de exceção e que não tinha ainda resolvido dois problemas graves: a falta de uma norma de sucessão e a estruturação da nova ordem política. O primeiro, definido no interior das Forças Armadas, interditava a legitimidade típica do sistema de dominação anterior, além de fragilizar a corporação pelo grau de divisionismo que suscitava. O segundo retratava o impasse do regime: mantinhamse as instituições antigas, mas inexistiam regras para seu funcionamento.

Eficiência econômica e legitimidade política

Por volta de 1973, tanto o Estado quanto as oposições cuidavam de rever estratégias e rumos. As tentativas de definir novos instrumentos de legitimação do regime multiplicaram-se durante o período Médici, apoiando-se no binômio segurança nacional/desenvolvimento. A tendência era condicionar, cada vez mais, a legitimidade do governo ao seu grau de eficiência na esfera econômica e financeira. A vigência do "milagre" entre 1968 e 1974 forneceu o suporte a este processo. A própria *forma* com que eram produzidas as comunicações oficiais denota essa estratégia — enfatizando dados essencialmente *técnicos* — que buscava a criação de uma nova linguagem despolitizadora das informações governamentais.

Face ao papel singular desempenhado pela instituição militar no sistema de dominação, a legitimidade precisava afirmar-se em dois sentidos: frente às correntes castrenses e com relação aos "dominados".

No interior da corporação, situaram-se os esforços desenvolvidos no tratamento da questão da segurança, que desembocaram no compromisso formal de restauração progressiva das instituições civis. Esperava-se conciliar duas visões militares da legitimidade. Uma, correspondente aos altos escalões, enfatizava o retorno da "normalidade democrática"; outra — defendida pelos órgãos de segurança — consagrava a corporação enquanto guardiã da defesa nacional.

Quanto ao chamado "público externo", a legitimação seria construída em torno do termo desenvolvimento. Duas linhas de atuação foram definidas: uma voltada para o fomento da popularidade do presidente e outra ligada à ampla divulgação dos êxitos econômicos do regime.

Procurava-se criar uma ligação direta entre o Executivo e a opinião pública, através da dinamização da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP), encarregada de produzir uma imagem positiva do chefe do governo e de suas iniciativas. De forma incipiente e tutelar se recorria, agora, aos grandes "ausentes" do jogo político do período — os setores populares. Ainda nessa linha destacaram-se projetos de impacto como a Transamazônica, o Plano de Integração Social (PIS) e o Proterra, com efetivação prevista a médio prazo e "lugar cativo" nos noticiários e periódicos.

Os limites estreitos desse ensaio de mobilização controlada fizeram com que o povo — convocado a deslumbrar-se com as conquistas do "Brasil Grande Potência" — perdesse a sedução pelo debate político, marginalizando-se dele.

Quanto às oposições, a denúncia dos custos sociais do modelo econômico passou a ser a forma de atuação possível, fazendo repercutir em outros setores da sociedade as pres-

sões por reformas. O MDB, única expressão legal da oposição, vislumbrava três alternativas no jogo político-partidário: a autodissolução; a transação com o regime ou a afirmação de uma postura radicalmente oposta à ditadura. A estratégia adotada foi a combinação das duas últimas, tentando romper com a paralisia do medo e do isolamento, o que pode ser ilustrado pela "campanha simbólica" do anticandidato Ulysses Guimarães à Presidência da República na sucessão que se abria em 1973. Seus objetivos eram evidenciar a ilegitimidade do processo eleitoral indireto, bem como capitalizar a insatisfação generalizada da população. A mudança de orientação da atuação do MDB apontava para a confluência cada vez mais ampla de outros setores oposicionistas no pós-74. Esta tônica abrangeria desde a avaliação crítica da luta armada até o comprometimento com formas de organização não-violentas da população através de dois canais: os movimentos de base (na cidade e no campo) e o movimento pelos direitos humanos. Com essa nova dimensão, o MDB passou a constituir-se de fato numa ampla frente oposicionista. Martin Martin

A francisco and a second second

as of the second

5

A crise dos anos 70: o fim do "milagre"

Por volta de 1973 a chamada "crise do petróleo" passou a ocupar lugar de destaque na imprensa e nos pronunciamentos oficiais. Sem descaracterizá-la enquanto sinal de uma importante inversão da conjuntura internacional, ela veio a funcionar no entanto como o "álibi" perfeito para uma situação de duplo impasse que o país atravessava.

Por um lado, o "milagre" dava os primeiros sinais de seu esgotamento em decorrência das inúmeras contradições internas que exacerbara e que estavam presentes na sua própria construção. Por outro, a queda das elevadas taxas do crescimento econômico retirava do regime político o precário "chão" de legitimidade popular que buscara mobilizar.

Resgatar o fôlego dos investimentos e da própria acumulação, sem que o regime sofresse fissuras ou reordenações era impossível. A conjuntura pós-74 inaugurou-se sob o signo da busca: de uma nova forma de dominação e de novas alternativas para a economia.

Exaurindo o padrão de acumulação vigente

A tônica do processo de expansão da economia brasileira entre 1968-74 foi dada, como sabemos, por dois suportes — a abundância de recursos no mercado financeiro internacional e o favorecimento da empresa multinacional na estrutura industrial do país. Pelo vulto e magnitude de sua estrutura técnica e de capital, ela propiciou um implemento tal na escala da acumulação que chegou a representar um salto qualitativo na dinâmica do nosso capitalismo.

Por certo que a presença das multinacionais entre as empresas líderes é apenas *um dentre os vários* aspectos das estruturas de mercado da indústria brasileira, onde, além disso, estabelecem-se diversas alternativas de combinação entre empresas estrangeiras e nacionais (Possas in: Belluzzo e Coutinho, orgs., 1983, p. 9-37). No entanto, é incontestável que elas apresentam a tendência de assumirem uma posição vantajosa quanto ao seu desempenho, localizadas nas atividades de crescimento mais dinâmico, como os setores de material elétrico, de transportes e outros (ver Quadro I).

QUADRO I
Taxas de crescimento anuais médias (1966-73)

Setores	%	Participação das empresas multina- cionais em %
Minerais não-		
metálicos	11,3	59,72
Metalurgia	10,3	26,50
Mecânica	16,2	74,65
Material elétrico Material de	14,7	76,16
transporte	14,7	96,44
Química	12,6	51,12
Plásticos	12,0	70,13

Fonte: MANTEGA & MORAES, 1979, p. 76.

Além disso, se tomarmos o patrimônio líquido total das 5 113 maiores empresas da indústria brasileira, veremos que

30% correspondiam ao capital estrangeiro (Mantega & Moraes, 1979, p. 58). O peso do capital local, tanto em termos de tamanho da empresa, quanto de participação no patrimônio, diminuíra em comparação às estatais e às multinacionais. A própria burguesia industrial — sempre favorável aos investimentos estrangeiros que proporcionassem tecnologia avançada — ainda que sem desfraldar bandeiras nacionalistas, clamava por maiores controles sobre as multinacionais, ou, ao menos, por vantagens equivalentes.

Passado o *boom* de inversões do período 1968-73, tudo indicava que a indústria entraria em recessão. O Estado, que fortalecera sua capacidade de controle dos fluxos de investimento — através do domínio do sistema financeiro e de sua posição estratégica no processo da produção — tinha-se disposto, até então, a cobrir os riscos dos grandes investidores. Mas a "economia voara mais alto que nunca, e começava a faltar-lhe o ar" (Andrade in: Krischke, org., 1982, p. 142).

A crise do petróleo e o arrefecimento econômico mundial vinham levantar o "véu de euforia" que o "milagre" produzira, desnudando o caráter desequilibrado da fase anterior, que estivera dissimulado — e também agravado — por uma conjuntura internacional extremamente favorável. A crise do "milagre brasileiro" caracterizou-se por duas peculiaridades: foi uma crise de endividamento e uma crise de fim do fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento.

O papel de relevo ocupado pela empresa estrangeira na economia do país implicava numa remessa de lucros sob diversas rubricas, equivalendo à saída sistemática de boa parte do excedente criado pelo sistema econômico, que era "compensada" pela captação de novos recursos externos.

Na mediação dessa articulação triangular entre exteriormultinacionais-exterior, estava o Estado, principal tomador de empréstimos do país. Com eles, financiava a importação de equipamentos das empresas produtivas estatais e repassava créditos ao setor privado — através de agências como o BNDE, por exemplo — a taxas de juros negativas. O Estado constituía-se no agenciador da lucratividade das empresas oligopolistas.

Nesses termos, fica patente que uma acumulação deste tipo somente se viabilizava enquanto o fluxo de divisas equivalesse ao excedente de capitais expatriado. Caso contrário, o "círculo vicioso" emperrava, tornando-se o *financiamento externo* fator de estrangulamento do sistema, o que ocorreu por volta de 1973-74.

A conjuntura recessiva internacional é uma dimensão fundamental para o entendimento da crise brasileira. Mas somente na medida em que ela, propiciando a deterioração dos termos de troca, levava à queda do ritmo de crescimento de nossas exportações e retraía as disponibilidades de capitais do mercado financeiro mundial.

As economias centrais — elas sim, vítimas de um aumento de quase 400% no preço do petróleo — procuraram partilhar suas perdas estocando mercadorias de valorização constante. Em conseqüência, os preços dos insumos básicos se elevaram. Com esta reorientação, acabava-se por "enxu-

QUADRO II

Taxas de crescimento da formação bruta de capital fixo, do
Produto Interno Bruto e da indústria de transformação

	<i>Item</i>	1972	1973	1974	1975	1976
1.	Formação bruta de capital / PIB	22,9	23,0	24,2	25,4	23,7
2.	Taxa de cresci- mento do PIB	11,7	14,0	9,8	5,6	9,0
3.	Indústria de transformação	14,0	16,6	7,8	3,8	13,0

Fonte: Coutinho in: Belluzzo & Coutinho, orgs., 1982, p. 42.

gar" a liquidez do mercado financeiro, promovendo-se a alta excessiva das taxas de juros. Este movimento atingiu em cheio economias como a nossa, pelo encarecimento das importações e pela elevação do custo do dinheiro. Dessa forma, qualquer novo pacote de investimentos para repor máquinas e equipamentos desgastados ou obsoletos estava dificultado, comprometendo o prosseguimento da acumulação.

A partir daí as taxas de crescimento setoriais começariam a cair, embora sem configurar, de imediato, a recessão. A indústria de transformação ainda cresceria, entre 1974-76, algo em torno de 8% ao ano, o que revela um relativo dinamismo alimentado pela maturação das inversões feitas na fase anterior. O Quadro II ilustra esta tendência.

A recessão estava às portas mas o jogo das forças econômicas e sociais do país não contribuiria para a adoção de uma saída "tradicional" para a crise. Por um lado, porque o aumento do custo do capital externo encarecia os investimentos em geral, tornando a expansão da dívida externa sufocante e a decisão de investir, um risco. Por outro, porque a alternativa encontrada para a carência de recursos estrangeiros foi o mercado financeiro interno, que tirou partido da conjuntura, "colando" suas taxas de juros às vigentes no exterior. Por fim, porque o recurso a expedientes convencionais como o arrocho salarial era agora inviável, após dez anos de exaustão da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, estava em gestação um dos mais sérios componentes da crise do "milagre". Sabe-se que um dos grandes problemas da estrutura industrial oligopolística é que, na falta de oportunidades de investimento, liberam-se recursos que ingressam — mediante generosas correções monetárias e juros compensadores — no mercado financeiro. O risco da especulação é inevitável, resultando quer na competição entre investimento × especulação, quer no escasseamento dos recursos públicos. Sua "solução" acaba sendo a ampliação das dívidas externa e interna e a aceleração do proces-

so inflacionário. No Brasil, entre 1974-76, os primeiros passos desta ciranda foram dados.

Para a situação não se agravar de imediato, o Estado atuou no sentido de compensar a queda dos investimentos privados através da sustentação dos gastos públicos. Sua política econômica tentaria comprimir o déficit do Balanço de Pagamentos mediante a diminuição das importações dos caríssimos bens de capital. Implementou-se sua produção interna, a partir de novo pacote de investimentos estatais neste setor. Entre 1975 e 1976, o governo empreenderia um esforço de reordenação das prioridades do desenvolvimento brasileiro, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O II PND: objetivos, limites e desdobramentos

O II PND, iniciado com a gestão Geisel, estabeleceu como meta para a economia a substituição do que fora, até então, o "carro-chefe" da acumulação brasileira. O setor de bens de consumo duráveis deveria ser "desbancado" pelo de bens de produção, enquanto prioridade da política econômica do governo. Os agentes de tal transformação seriam, evidentemente, as empresas produtivas estatais.

De uma forma bem ampla, o que o Plano pretendia era manter as taxas de crescimento econômico no patamar vigente até 1973. Semelhante "triunfalismo" obscurecia, de imediato, dois problemas: a dependência do regime militar dos êxitos econômicos como fator de legitimação e as possibilidades reais de concretização do empreendimento.

É curioso observar que a proposta de reorientação do padrão de acumulação embutida no II PND ignorava a mudança de sinais ocorrida no cenário mundial. Ela era vista como fenômeno circunstancial e passageiro, devido apenas ao impacto do choque do petróleo que, rapidamente supera-

do, normalizaria as relações econômicas internacionais. A pressão do custo da dívida — acrescidos os juros de 300% em relação ao período 1969-73 — sobre a conta financeira do país não fora corretamente dimensionada enquanto sintoma da deterioração das condições de crédito.

O II PND, apesar de ter representado um esforço de investimento que postergou, temporariamente, os índices de recessão, tornou-se uma referência obrigatória para a segunda impulsão da dívida externa brasileira. A adequação do setor de bens de produção às necessidades do crescimento industrial pressupunha um montante brutal de investimentos defasado da realidade do momento, ainda que a tarefa ficasse a cargo de um restrito núcleo de empresas públicas. As únicas metas não-estatais estabelecidas pelo Plano referiam-se à produção de insumos básicos, onde se abriu um espaço para a participação do capital privado.

A luta pelos recursos

A concretização do II PND esbarrou, também, em obstáculos internos poderosos, segundo Carlos Lessa em sua tese de livre-docência. Em primeiro lugar, era ingênuo supor que a definição de um novo setor industrial a ser contemplado pelas benesses do Estado fosse uma questão puramente econômica. O que estava em jogo, na verdade, era a própria redefinição da correlação de forças no interior do bloco no poder. Deslocar interesses tão sólidos como aqueles envolvidos com o setor de bens duráveis de consumo não era objetivo que se conseguisse atingir com a força de uma "penada" ou de algumas "baionetas". Afinal, esta fora a ênfase da acumulação brasileira desde o Plano de Metas de Kubitschek, consolidando o predomínio do capital estrangeiro no país.

Mesmo assim, o governo tentou desestimular o setor de duráveis de inúmeras maneiras. Por um lado, procurou desviar dele os recursos financeiros disponíveis, atraindo-os —

mediante compensações variadas — para as áreas de siderurgia, hidrelétrica, química básica e mineração, apresentadas como "prioridade nacional". Por outro, como forma indireta de conseguir seu intento, o Estado procurou reduzir o consumo de duráveis como meio de atrofiar o capital de giro do setor. Impôs severas medidas de restrição ao crédito direto ao consumidor, numa clara reversão da tendência que predominara até então como alento do "milagre".

Em segundo lugar, transferiu-se para o BNDE os fundos de poupança compulsória, aumentando o grau do controle público sobre os fluxos de investimento. Tornando-se os bancos oficiais os financiadores dos grandes projetos, ameaçavam-se interesses tão poderosos como os do capital bancário. A grita seria generalizada.

Finalmente, o Plano produzia uma clivagem "espacial" que acabaria por obstaculizar sua implementação tal como fora concebido originalmente. A definição de novos pólos industriais como os de Trombetas, Carajás etc., privilegiava regiões diferentes das que constituíam o núcleo dinâmico da acumulação capitalista no país. A reação política dos grupos do Sudeste seria intensa.

A todos esses problemas devemos acrescentar a grave situação gerada pela especulação financeira. Buscando de todas as formas possíveis obter recursos para implementar os novos projetos, o Estado passou a valorizar excessivamente seus próprios papéis, ORTN e LTN. Para se ter uma idéia do que sucedeu, basta ver que seu valor subiu de 47,8 bilhões em 1974 para 240 bilhões em 1977. Com isto acelerava-se a velocidade do circuito do mercado financeiro, propiciando operações puramente especulativas que correspondiam, de fato, à ampliação da dívida interna do governo. Em conseqüência, o patamar inflacionário ascendeu vertiginosamente, provocando a desvalorização do câmbio, que, por sua vez, onerava ainda mais o serviço da dívida externa.

rotured to

Inegavelmente, o II PND desempenhou um papel expressivo para a estabilização econômica do país, devido ao lugar de destaque que consagrou às grandes empresas do setor produtivo estatal. Sob este aspecto, elas funcionaram como um piso do processo de desaceleração econômica, sustentando o nível global das inversões entre 1974 e 1979 (Coutinho e Reichtull in: Belluzzo e Coutinho, orgs., 1982, p. 57-8). No entanto, quanto a seus objetivos mais amplos, o Plano seria um fraçasso.

A conciliação impossível

O fracasso do II PND pode ser avaliado sob dois aspectos, o estritamente econômico e o político. No primeiro caso, parece evidente a inviabilidade de qualquer tentativa de conciliar — na conjuntura específica vigente — a alteração do padrão de acumulação com a preservação das taxas de crescimento. A dívida externa, correspondendo a 25% do PIB, era incompatível com a envergadura dos projetos iniciados.

Justamente por isto, o contexto favoreceu o desenvolvimento desmedido do setor financeiro, que iria bloquear, daí por diante, as sucessivas tentativas do governo de controlar a crise. Como o mercado de capitais disputava recursos com a esfera da produção — levando nítida vantagem sobre ela, por propiciar ganhos mais rápidos —, a margem de manobra da política econômica reduzira-se.

Politicamente falando, a falha do II PND residiu na estratégia definida. Ele propunha uma mudança radical prescindindo do apoio dos grupos de maior peso dentro da sociedade. Neste sentido, ele acabou por funcionar como um acelerador das fissuras no interior do pacto de poder. Os setores prejudicados ou beneficiados pelos cortes e reordenamentos econômicos se alinharam, explicitando suas divergências, o que só veio a dificultar a implementação das novas medidas de política econômica.

Desde 1976-77 a especulação era o horizonte da economia brasileira. Com a redução das inversões e o aumento geral dos custos da produção, os detentores do capital preferiam garantir seu lucro mediante o aumento dos preços, sem se arriscarem a novos investimentos. Isso sem falar naqueles segmentos que — sentindo-se preteridos ou lesados por certas medidas definidas pelo governo — responderam com a aplicação de seus recursos no mercado financeiro de curto prazo (open-market e overnight), atrofiando mais ainda as disponibilidades para inversões produtivas. Era o início de uma "guerra de preços" onde os diferentes contendores — burguesia agrária, industrial, financeira etc. — procuravam defender seus lucros, aprofundando a recessão.

Neste momento o governo optou pela orientação de desacelerar a economia, que ele mesmo sustentara, em termos de investimentos maciços, até então. Buscava-se assim um desafogo temporário, que viesse a propiciar, futuramente, a retomada da expansão. Mas escolher a recessão implicava em definir quem seria, de fato, mais penalizado pela crise, e a situação, agora, era bem diferente daquela vigente no imediato pós-64. Devido a isso, nenhuma medida de controle real da situação viria a dar certo. A economia brasileira entrava numa fase sobredeterminada pela ruptura do pacto de dominação em vigor e, conseqüentemente, pela indefinição.

As fissuras do pacto político

Já vimos como a crise que envolve a economia brasileira desde 1974 comprometeu o pacto de dominação dos anos do "milagre", trazendo à tona algumas contradições no seio das classes dominantes de cuja "acomodação" dependia o próprio sucesso das políticas econômicas do governo.

Por um lado, esboçava-se a clivagem entre os interesses do capital bancário e os do capital industrial. O primeiro resistiu a qualquer medida inibidora dos excessos praticados na órbita financeira, em nome do combate à inflação. Após alguns anos de privilégio, contemplados com a permissividade do governo quanto às taxas de juros e detentores de alguns postos estratégicos na máquina estatal, seus representantes recusariam as tentativas de controle sobre o setor e/ou seus ganhos. O segundo, espoliado e ameaçado pela "ditadura dos banqueiros", moveria intensa campanha de denúncia contra a dilapidação do capital produtivo pelos bancos e as distorções do sistema financeiro.

Por outro lado, explicitava-se uma dissidência no cerne mesmo da burguesia industrial, decorrente da disputa pelos excedentes econômicos numa situação de crise. Enquanto para alguns segmentos — seja de capital estrangeiro ou nacional associado — era imperativa a preservação de recursos e privilégios para o setor de duráveis e para a importação de equipamentos, para outros — de capital privado tipicamente nativo — era o bloqueio aos competidores externos e o estabelecimento de reservas de mercado que interessavam. Já o setor agrário reivindicava a manutenção dos subsídios do Estado para o financiamento de suas exportações.

Uma "nova" burguesia?

Por trás dessas questões desenvolvia-se — ao lado do conservadorismo político — uma "nova" ideologia burgue-sa, defendida por um segmento moderno do empresariado brasileiro que ganhou projeção e relevo à sombra das políticas anti-recessivas, em particular, o II PND. Neste momento, o Estado, preocupado com a "substituição de importações" de bens de capital, promoveu algumas iniciativas que beneficiaram certo grupo do capital privado nacional. Dentre elas destacou-se a subscrição de ações de empresas interessadas no investimento no setor de bens de produção. Face às condições excepcionais em que isto se deu o mecanismo

assemelhou-se a uma "doação" de capital, propiciando que um setor nacional de bens de produção se firmasse e crescesse a taxas inusitadas para o contexto (Mantega & Moraes, 1979, p. 92).

Seus representantes — dentre os quais podem-se destacar empresários como Bardella, Villares, Sanson e outros — transformaram-se numa espécie de "vanguarda" da burguesia industrial brasileira, preocupada com novas formas políticas de dominação e com a criação de canais mais flexíveis de comunicação com os centros de decisão econômica. O autoritarismo do regime seria duramente questionado, como forma de justificar o projeto de alternativas para a crise elaborado pelo grupo no *Primeiro Documento dos Empresários* (1978): ênfase no desenvolvimento da indústria de base, no fortalecimento da indústria nacional e no saneamento do sistema financeiro.

Por certo este projeto permite que, à primeira vista, o adjetivemos de nacionalista. No entanto, isso não traduz nenhum tipo de contradição fundamental com os grupos estrangeiros, já perfeitamente alinhados com seus congêneres nacionais na exclusão de novos concorrentes. A empresa estrangeira é vista, na pior das hipóteses, como um mal necessário, que precisa ser disciplinada por normas mais claras e precisas.

Diante da crise do capitalismo mundial em geral e do brasileiro, em particular, esses empresários de vanguarda, do setor de bens de capital, tiram do "bolso do colete" um projeto de desenvolvimento mais humano e com preocupações sociais, vindo ao encontro das necessidades de toda a sociedade. Não há dúvida, no entanto, que eles não representam o núcleo dinâmico da acumulação — o setor de bens de consumo duráveis — tentando, com essa campanha, obter ganhos políticos quando da redefinição futura do pacto de dominação (o que de fato ocorreu a partir de 1982).

O governo militar em crise

Em meio a interesses tão poderosos quanto divergentes, a tônica *contencionista* da política econômica seria mantida, com avanços e recuos, porém sem conseguir sanear a situação, acumulando descontentamentos até, pelo menos, 1984, com a "transição democrática".

A gestão do ministro Simonsen foi um bom exemplo da nossa afirmação. Ela preocupou-se com a aplicação dos mecanismos ortodoxos de compressão da economia: corte dos créditos e dos gastos públicos. Para tanto, foi liberada a taxa de juros, visando encarecer o custo do dinheiro. Beneficiados foram os grandes banqueiros, enquanto a burguesia industrial (sobretudo pequenos e médios empresários) e o setor agrícola sucumbiam ao juro exorbitante. Como resultado, a queda das inversões privadas atingiu níveis alarmantes, obrigando o governo a um recuo.

As tentativas de corte dos gastos públicos também foram sucessivamente frustradas em função da necessidade do uso das empresas estatais como tomadoras de empréstimos no exterior. A contenção, quando ocorreu, atingiu somente os setores produtivos de infra-estrutura, transportes e telecomunicações.

A questão mais séria, na difícil administração da crise brasileira, era o afluxo permanente de empréstimos externos, pois aí se revelava a "armadilha" embutida na política econômica adotada. Uma vez que os juros internos eram mais altos que os vigentes no mercado internacional, o Banco Central, para captar os cruzeiros necessários à conversão da moeda estrangeira, tinha que pagar por eles de acordo com as taxas aqui vigentes. Gerava-se o que Luciano Coutinho chama de "hiato" financeiro da operação da dívida pública (apud Mendonça, 1986), levando água ao moinho do endividamento interno e da inflação. As tensões sociais agravavam-se.

Até 1981 nenhuma das medidas contencionistas adotadas surtira o efeito desejado sobre a espiral inflacionária. A economia brasileira vivia uma recessão *sui generis*, baseada numa política econômica que, sem deixar de expandir os meios de pagamento, alternava-se entre dois expedientes: ora o controle de preços, ora o controle dos gastos. O quadro geral de descontentamentos só veio a ser completado pela eclosão das vozes provenientes do mundo do trabalho, sacudido, por volta de 1978, por uma onda de greves inusitada desde o início dos anos 60.

O Brasil entrava na década de 1980 sem soluções palpáveis para a recomposição de um certo pacto de dominação e para uma recessão sem precedentes. Exatamente aí certos ecos conservadores postularam o recurso ao FMI como saída. O retorno dos civis ao poder veio a completar a transação (ou transição?).

6

A crise dos anos 70: a mobilização popular

Nos anos 70, os salários foram ainda mais aviltados, atingindo níveis baixíssimos. Sindicatos sob intervenção, prisões apinhadas, muitos exilados. As perseguições policiais não precisavam fundamentar-se em provas. O medo pairava no ar. Falar deste período implica lembrar a censura à imprensa. Como era proibido noticiar as proibições, alguns episódios "interessantes" ocorreram. O jornal O Estado de S. Paulo, que havia sido um dos primeiros a exigir a intervenção militar nos idos de 64, também foi atingido, passando a encartar no espaço das matérias censuradas trechos de Os lusíadas, de Camões. Já a Folha de S. Paulo completava as partes suprimidas com receitas de bolo. Em situação mais complicada, os pequenos jornais independentes tinham censores prévios em suas redações, o que não lhes garantia que não fossem apreendidos já nas bancas — várias vezes ocorrido com o Opinião, semanário de informação, e com o Pasquim (Marconi, 1980). As greves estavam proibidas, os partidos recém-criados manietados.

O auge da ditadura militar, entretanto, indicava seus limites, juntamente com o fim do "milagre". Formas alternativas de organização popular constituíram-se, novos partidos surgiram, fraturava-se o bloco no poder.

A exaustão dos trabalhadores

A década pode ainda ser caracterizada como o período no qual dilapidou-se, sem a menor preocupação com sua reposição, a mercadoria mais fundamental para o processo de trabalho e, consequentemente, para a acumulação de capital — a força de trabalho.

A bancarrota do "milagre" não podia ser superada por nova *ampliação* do arrocho salarial. No ano de 1974 o salário mínimo chegou a seu nível mais baixo, representando em termos reais pouco mais da metade do valor estabelecido em 1940. A repressão política acoplada ao favorecimento do grande capital manteve no entanto durante toda a década o salário em níveis ínfimos, como se observa no Quadro I, acentuando as danosas conseqüências mencionadas no Capítulo 3.

QUADRO I Índices de salários mínimos reais iulho de 1940 = 100

Anos	Índice de salário mínimo real
1969	68
1970	69
1971	66
1972	65
1973	59
1974	54
1975	57
1976	57
1977	59
1978	61
1979	61

Fonte: DIEESE. Boletim, abr. 1982, p. 11-2.

A morte à espreita

O limite físico da resistência das camadas populares estava atingido. Mal remunerados, consequentemente mal alimentados, a extenuação dos trabalhadores tornava-se patente. Pela primeira vez, suas consequências tornavam-se ameaçadoras às demais classes sociais, através de epidemias como a de meningite iniciada em 1974. Assim se manifestou a censura, em bilhete encaminhado ao O Estado de S. Paulo, em julho de 1974: "De ordem superior (...) fica proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, de entrevista concedida pelo Senhor Ministro da Saúde sobre meningite, e qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência da meningite (...)" (Marconi, 1980, p. 286). A censura foi posteriormente abrandada, pois embora fazendo a maior parte de suas vítimas entre as camadas populares, a propagação da epidemia era mais "democrática" do que a subnutrição ou os acidentes de trabalho.

QUADRO II Média de acidentes de trabalho registrados por dia útil 1971 - 1977

Ano	Média por dia útil
1971	4 405
1972	4 966
1973	5 370
1974	5 891
1975	6 355
1976	5 717
1977	5 294

Fonte: Possas, Cristina. Saúde e trabalho; a crise na previdência social. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p. 132.

A inexistência de dispositivos efetivos de segurança no trabalho resultou em médias altíssimas de acidentes, que atin-

giram seu ponto máximo em 1975, como se pode observar no Quadro II, computados apenas os dias úteis. Note-se que não constam da estatística os acidentes de menor porte, cujo prazo de afastamento do trabalho não ultrapassava 15 dias.

Essa proporção de acidentes provocava intensa comoção social, com as freqüentes quedas de andaimes dos operários da construção civil chegando a inspirar a música *Construção*, de Chico Buarque de Holanda, e "quadrinhos" denunciadores desenhados por Henfil, publicados à época pelo *Pasquim*.

A esperança de vida do brasileiro dava a exata dimensão dos resultados da concentração de renda, ainda mais aprofundada entre 1970 e 1980. Aqueles que recebiam mais de cinco salários mínimos tinham *mais 14 anos* de esperança de vida do que aqueles com renda abaixo de um salário, como se verifica no Quadro III.

QUADRO III

Esperança de vida ao nascer
segundo a faixa salarial — 1976

Menos de 1 salário mínimo	55,4 anos
Entre 1 e 2 salários mínimos	59,6 anos
Entre 2 e 5 salários mínimos	64,2 anos
Mais de 5 salários mínimos	69,8 anos
Conjunto	60,8 anos

Fonte: Possas, op. cit., p. 27.

Das revoltas às novas organizações populares

A reação popular ante tais condições se apresentou de forma explosiva: entre 1974 e 1976, violentos quebra-quebras de trens e ônibus sacudiram o Rio de Janeiro e São Paulo.



Não se tratava de manifestações organizadas, mas de revolta espontânea contra a precaríssima situação dos transportes urbanos de massa. Impossível atribuí-las à incitação de "líderes agitadores" ou de "grupos políticos subversivos": "O Prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, por exemplo, era da firme opinião de que os quebras eram ação de subversivos (...). Porém, o próprio Secretário de Segurança afirmava que não havia indícios de infiltração alguma" (Nunes in: Moisés, 1982, p. 93).

A permanência do arbítrio e do alijamento dos setores populares associou amplas camadas sociais, da imprensa à Igreja, do movimento estudantil às Associações de Moradores, contribuindo para que as reivindicações que germinavam desde os primeiros anos da década viessem à tona por volta de 1976-77, no quadro da crise de legitimidade por que passava então o regime militar.

As comunidades

A segregação espacial decorrente da compressão salarial envolvera as grandes cidades com loteamentos periféricos irregulares, fazendo surgir inúmeras favelas e ampliando as já existentes. Em todos esses locais, um ponto em comum: a carência. Condução escassa e cara, ausência de saneamento básico, iluminação irregular, escolas inexistentes.

Aí inauguraram-se alternativas de participação popular, expressando formas de articulação que se revelaram extremamente combativas — as Associações de Moradores e Sociedades de Amigos de Bairro, que proliferaram em todo o país, em especial a partir de 1976 (já existiam anteriormente, mas assumiram agora nova expressão). Embora de caráter local, traziam em seu bojo uma nova concepção de organização — *autonomia* perante o Estado. Desempenharam importante papel, com reivindicações que muitas vezes extra-

polavam sua faixa de atuação regional e sua tendência atomizada, traduzindo-se, por exemplo, no Movimento do Custo de Vida, cuja ação em São Paulo chegou a ter ressonância nacional.

No ano de 1977, eclodiu novo levante popular, centrado no Rio de Janeiro. Mantendo o espontaneísmo como elo comum com os quebras anteriores, apresentou no entanto a característica de revolta de operários nos próprios locais de trabalho. Os trabalhadores da construção civil insurgiramse contra o péssimo estado dos alojamentos e cantinas, destruindo-os em violentos motins, indicador da tentativa de recuperação de suas formas próprias de expressão.

Trabalhadores e sindicatos

Aqui localizamos o fato fundamental que emergiu em pleno período de arbítrio e apesar dele — o renascimento do movimento sindical.

Apesar dos controles impostos, tornava-se evidente a incapacidade do grupo no poder em alicerçar-se no movimento sindical — isto é, legitimar-se pelo consentimento e formar lideranças — através da política burocrático-assistencialista implementada (Moisés in: Krischke, org., 1982, p. 59). As modificações da estrutura econômica, por seu turno, conferiam novo peso aos trabalhadores da grande indústria de ponta — automobilística, metalmecânica, siderúrgica, petrolífera — e aos profissionais assalariados das camadas médias (Almeida in: Sorj e Almeida, orgs., 1983, p. 196).

A revelação, em 1977, de que os índices de reajuste salarial referentes ao ano de 1973 haviam sido alterados provocou uma reação em cadeia, visando obter a reposição salarial correspondente ao que havia sido retirado. Os mais importantes sindicatos da Grande São Paulo e seus dirigentes dispuseram-se a enfrentar o governo na Justiça, segundo as próprias leis de exceção. 72

Congregando os trabalhadores do centro industrial nevrálgico do país — o ABC paulista —, surge o que foi denominado "novo sindicalismo", posteriormente estendendo-se às demais regiões. Em sua base, estava a longa gestação da Oposição Sindical e da Pastoral Operária que, procurando fugir dos limites estreitos do sindicalismo oficial, apoiaramse nas comissões de fábrica, permitindo o fortalecimento do movimento operário nos próprios locais de trabalho (Moisés, op. cit., p. 65-7).

A grande importância desse "novo sindicalismo", além de expressar as reivindicações de cidadania política do operariado, foi ter trazido à tona questões cruciais para seu ulterior desenvolvimento. Buscava-se recuperar a autonomia sindical, através de negociações diretas entre trabalhadores e empresários, livres da tutela estatal, e o reconhecimento legal de seus representantes nas fábricas (delegados sindicais). Expressava também a percepção da setorização econômica, exigindo aumentos salariais proporcionais à produtividade de cada ramo.

Os anos de 1978-79 foram marcados por uma onda de greves inusitada no pós-64, tendo como núcleo inicial o setor moderno do parque industrial, onde concentraram-se 75,9% dos movimentos no primeiro ano, estendendo-se, em 1979, para outras regiões e setores, especialmente construcão civil e serviços urbanos (Almeida, op. cit., p. 206).

A emergência desse novo movimento operário indicava a necessidade urgente de superar a velha institucionalidade sindical. Porém o surgimento simultâneo da mobilização em setores muito diferenciados dava, contraditoriamente, nova atualidade a formas anacrônicas de organização, posto que para alguns (trabalhadores agrícolas ou da construção civil, por exemplo) o mero cumprimento da legislação trabalhista já constituía expressiva vitória (Almeida, op. cit., p. 209). O "novo sindicalismo" dependia, assim, desde seu surgimento, do encaminhamento consequente e majoritário de modificação radical da estrutura sindical, cuja permanência ameacava "enquadrá-lo" na "camisa-de-força" corporativa (Moisés, op. cit., p. 65).

O ressurgimento do espaco político-partidário

As pressões econômicas advindas das novas condições externas, acrescidas pelo recrudescimento do processo inflacionário, características da crise do "milagre", bem como a crise social marcada pelas explosivas manifestações das massas populares e a redefinição política da oposição legal pelo novo papel do MDB contribuíram para trazer à tona as fissuras existentes no interior das classes dominantes e para demonstrar o ponto de inflexão do modelo político até então vigente.

As tentativas do regime de granjear o apoio popular inviabilizavam-se. Por volta de 1972, começou a mobilização interna das Forcas Armadas em torno da nova sucessão presidencial, propiciando o revigoramento da corrente liberal — que apoiava Geisel — em contraposição ao predomínio da "linhadura".

A inesperada vitória da oposição em 1974 — apesar de suas diferencas internas, da escassez de recursos e de toda a macica propaganda da Arena calcada nos feitos do regime — reforçava a nova feição do MDB. A adesão das massas populares transformava-o de partido de "oposição consentida" em "oposição escolhida", tendo a diminuição dos votos nulos e brancos contribuído para dar um certo tom plebiscitário ao pleito. Configurava-se a possibilidade de uma alternativa político-partidária capaz de aglutinar segmentos diversos da população, descontentes com o governo militar (Evers in: Krischke, org., 1982).

O projeto da "distensão"

Esse conjunto de fatores favoreceu uma nova transformação do regime, no sentido de sua liberalização. O projeto da distensão — lenta, gradual e segura — surgia em boa hora, apesar de, na prática, estar sujeito a inúmeras pressões e contrapressões. Daí o cuidado da facção militar que o encabeçava em omitir detalhes quanto às estratégias e etapas de sua implementação, deixando claro seu caráter limitado e, sobretudo, "negociável". A "abertura" foi, pois, realizada, mantendo-se o instrumental repressivo herdado do período anterior.

A distensão promovida no governo do general Geisel (1974-78) iniciava assim a terceira fase de institucionalização do Estado. Enquanto a primeira fase (1964-67) lançou, como vimos, as bases do Estado de Segurança Nacional e a segunda (1969-73) baseou-se na vinculação entre modelo econômico/aparato repressivo, esta nova etapa buscava criar uma representação política mais estável, lançando mão de mecanismos mais flexíveis.

Dois pontos merecem destaque nesse processo: por um lado, o fortalecimento da oposição legitimando o dissenso como matéria política e não de segurança; por outro, o reforço da figura presidencial, como forma de desmobilização progressiva dos grupos militares mais resistentes à mudança (Klein e Figueiredo, 1978). As características desta "abertura" suscitaram um vasto quadro de oposições, tanto da parte de segmentos militares que identificavam o deslocamento no eixo do poder à idéia de confronto, quanto de lideranças empresariais que questionavam o Estado como promotor único do interesse nacional através de intensa campanha de antiestatização (Cruz e Martins in: Sorj e Almeida, orgs., 1983).

"Abertura" e ditadura

O percurso da "abertura" foi marcado, portanto, por idas e vindas, enquanto o aparente patrocínio do Estado encobria a pressão das reivindicações sociais. A cada avanço das manifestações populares, correspondiam recuos extrema-

mente autoritários. Como exemplos, as inúmeras operações repressivas que culminaram com as mortes do jornalista Wladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI em 1975 e dos operários Manoel Fiel Filho (vítima de torturas, em 1976) e Santo Dias da Silva, baleado durante a repressão policial a uma greve de metalúrgicos em 1979, todas em São Paulo.

O ano de 1977 revelou ainda que o programa esboçado estava longe de ser um processo de transição de fato. A crescente representatividade do MDB, reforçada pelas eleições municipais de 1976, constituía uma ameaça para os setores de linha-dura, uma vez que indicava a possibilidade da perda de controle pelo governo da maioria dos parlamentares. O Senado era a casa fundamental no quadro de uma "distensão controlada", posto que dele dependia, em última instância, qualquer iniciativa do Legislativo. Por isto foi decretado em abril o recesso temporário do Congresso e, logo após, editava-se um "pacote" de medidas de alteração do regime político.

A "abertura" sofria seus primeiros revezes formais: confirmavam-se eleições indiretas para a escolha dos governadores; eleições indiretas de um terço do Senado e criação das sublegendas para a eleição direta dos senadores restantes; alteração do colégio eleitoral que elegeria o presidente, assim como a ampliação de seu mandato de cinco para seis anos (Moreira Alves, 1986). Visava-se contra-restar a tendência oposicionista crescente do eleitorado. Em conseqüência, apesar de o MDB carrear a maioria dos votos nas eleições parlamentares gerais de 1978, o partido governista permaneceu com a maioria através da "nomeação" dos senadores "biônicos".

Outra iniciativa que ilustra o caráter parcial da "abertura" e o crescente descontentamento popular foi a modificação realizada no Poder Judiciário, também em 1977. Visando prevenir-se dos possíveis desdobramentos do processo de distensão — especialmente no tocante ao julgamento de

77

militares pela justiça comum — e assegurar formas de controle sobre os juízes, o Governo criou o Conselho de Magistratura, bem como retirou da Justiça Civil a competência sobre qualquer crime militar.

As oposições se articulam

O vulto e a intensidade da reação provocada por mais esses atos de força — que contradiziam as propaladas intenções de normalização institucional — foi inesperado. Dos advogados aos estudantes, da comunidade científica ao movimento social, observava-se o despertar da sociedade civil e a maior guinada na conjuntura política de até então.

Por certo a face autoritária do regime não foi alterada, mas esse ensaio de mobilização, tão heterogêneo quanto intenso, rendeu alguns frutos, como a extinção do AI-5 e a adesão de setores dominantes "liberais" ao projeto de abertura como saída desejável para o impasse político vivido no país.

O fim do AI-5 em 1978 propiciou maior organização das oposições, ao repor algumas liberdades legais — como o fim da censura à imprensa, prisão somente com acusação formal, habeas-corpus — e ao reduzir os mecanismos excepcionais de controle do Executivo sobre o Congresso. O MDB chamou a si as oposições neste processo, o que possibilitou leválo à frente, centralizando-o partidariamente. Atuou conjuntamente com os setores de elite da oposição não-partidária — especialmente Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) —, que a partir de suas posicões de autoridade na sociedade civil enfrentavam o Estado (Moreira Alves, 1984, p. 225). Ao mesmo tempo, o movimento popular exacerbado pelo recrudescimento da crise econômica e contando com novas formas organizativas tendia a superar a dicotomia até então existente entre políticas de base e a política formal, fortalecendo a oposição ao regime.

O MDB, no entanto, não estava livre de fissuras internas, evidenciadas nas duas correntes em que o partido se dividia: os "autênticos", procurando constituir ligações com setores mais radicais da oposição e respaldar os movimentos populares, e os "moderados", mais tímidos, que evitavam afastar-se da situação de oposição consentida. Os esforços de coesão, que remontavam ao início dos anos 70, centraram-se na identificação do partido a uma oposição *real*, garantindo crescente expressão plebiscitária das eleições, o que obrigava o regime a alterar as regras do jogo político, desgastando, cada vez mais, sua precária legitimidade.

Por causa disso, em 1979, já na gestão do general João Figueiredo (ex-chefe do SNI) foi realizada, de forma impositiva, uma reorganização partidária, cujo objetivo primordial ao eliminar o bipartidarismo era desmobilizar a frente de oposição e retirar do partido governista o peso negativo que a sigla Arena representava, substituindo-a por PDS — Partido Democrático Social. Contrariamente ao previsto pelos militares, no entanto, a frente oposicionista persistiu, no bojo de intensa mobilização pela Anistia. A pressão exercida pelos debates, passeatas, comícios e manifestações parlamentares impôs à "linha-dura" negociar sobre a forma de sua viabilização. A Anistia finalmente decretada em 1979, conquanto fosse um avanço político efetivo, beneficiava integralmente, no entanto, todos os militares envolvidos no aparato repressivo, o mesmo não ocorrendo para os antigos participantes da luta armada. Mais uma vez identifica-se o caráter tenso e limitado da distensão.

Os novos partidos surgidos dessa reorganização somente se legalizaram em 1980. Dentre eles, destacaram-se o Partido Popular (PP) — cisão do MDB agrupada em torno de Tancredo Neves; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — que congregou ex-arenistas e emedebistas, após prolongada disputa judicial pela sigla entre Ivete Vargas e Leonel Brizola, vencida por aquela; Partido Democrático Trabalhista (PDT)

— liderado por Brizola — e, finalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT).

A organização do PT, não obstante as tentativas do Planalto em impedi-la, estava umbilicalmente ligada ao "novo sindicalismo" paulista, diferindo radicalmente da tradicional montagem dos partidos legais no Brasil, por representar um movimento popular buscando formas próprias de expressão política (Almeida, op. cit., p. 212).

O processo político-partidário dos anos 70, como vimos, ilustra o complexo processo da transição política brasileira e nos dá as chaves para a compreensão da "Nova República".

Por um lado, os movimentos populares começaram a articular-se em novas bases, mais autônomas, embora limitadas pela não desmobilização do aparato repressivo. Por outro lado, a frente oposicionista, até então única, ao incorporar cada vez mais segmentos oriundos do regime — cujo descontentamento muitas vezes expressava apenas o fato de terem sido preteridos em alguns negócios —, ampliava-se, pagando o custo da convivência com crescentes contradições. Mantiveram-se entretanto velhas questões: a da representatividade partidária num quadro de tutela das formas de organização popular por parte do Estado (caso dos sindicatos); a da demanda crescente de reformas limitada pelo arcabouço institucional herdado do período ditatorial e, *last but not least*, a manutenção do papel da corporação militar como "guardiã" da ordem interna.

7 E la nave va...

As novas dimensões da crise econômica

Aprofundando a recessão

Os rearranjos entre as diversas frações do capital, em curso na década de 1970, apostavam na capacidade de recuperação da economia brasileira, com base na manutenção do aporte de recursos externos. A década seguinte se inauguraria, no entanto, sob a égide da duplicação dos preços do petróleo e da elevação das taxas de juros, indicando um período de crise internacional. A escassez de recursos externos punha a nu a relação quadrangular que, de forma "artificial", tinha conseguido minimizar o impacto da crise, até então.

As políticas econômicas implementadas entre 1980 e 1985 resumiram-se ao tom monocórdio de um discurso dito de combate gradualista à inflação, tendo como vértices ora o ataque ao déficit público, ora a impossibilidade de sustar as emissões — inflacionárias — capazes de assegurar a continuidade do processo industrial.

Na ausência da formulação de um projeto político cuja espinha dorsal enfrentasse a dupla dimensão da crise

— interna e externa —, o Estado brasileiro tentou assegurar inversões mínimas em setores como a exploração do petróleo, a substituição da energia para indústria e a produção de insumos básicos (III PND). Ainda assim, o ano de 1981 marcou o primeiro declínio real do PIB do país no apósguerra. Respaldada no amadurecimento dos grandes investimentos estatais da época precedente, a política econômica esbocada limitou-se a aplicar um ajuste de tipo recessivo.

Se a nível da elaboração de uma política econômica de fato o período foi marcado pela estagnação, o discurso econômico sofreu uma inflexão significativa. Anteriormente (1973), as restrições de financiamento externo haviam conduzido a uma reordenação interna da estrutura produtiva com vultosas inversões estatais; na década de 1980 as empresas estatais seriam enunciadas como os vilões da história. A função a elas designada passava a ser "ceder espaço" à empresa privada, atribuindo-se-lhe toda a responsabilidade pelo peso da dívida externa (Castro e Souza, 1985, p. 55).

Em 1982 os banqueiros privados internacionais recusavam-se a manter suas apostas na economia brasileira. O recurso ao FMI impôs-se em dois planos: para aliviar a escassez de recursos internos e para evitar a ruptura do sistema financeiro mundial. Com tudo isso, a economia brasileira permaneceu estagnada entre 1982-83, preservando-se, igualmente, os altos índices inflacionários. A despeito de setores mais conservadores da burguesia defenderem o sucateamento do parque industrial brasileiro, em 1984 esboçavase uma recuperação na indústria de transformação, baseada nos saldos das exportações e nos constantes reajustes das tarifas públicas.

A inflação e a dívida interna do Estado, entretanto, apresentavam sinais de escalada ascensionista, acentuando os desequilíbrios internos da economia.

A Nova República se instalaria em março de 1985, em meio a uma conjuntura de estagnação inercial, assen-

tada sobre terreno movediço: conciliar as demandas por aumentos de salário real com a meta do combate à inflação.

A "era" dos choques

Nas condições expostas, a economia brasileira flutuava de modo errático, ao sabor da desaceleração. Instalava-se uma recessão cujo fulcro residia no papel das estatais — agora à míngua de recursos e estímulos —, tanto nas articulações interindustriais quanto naquelas entre os capitais privados em geral. No processo de falência econômica do Estado, o capital privado passaria a movimentar-se espasmodicamente segundo as diferentes conjunturas.

O paliativo ao financiamento externo à acumulação — a dívida interna — não resolvia o problema. Ao contrário, agravava-o: de instrumento de política monetária, tornou-se o credor da solvabilidade do setor privado. A dívida pública, a rigor, só fazia transferir fundos para a ciranda financeira, sorvedouro desses mesmos capitais, na ausência da perspectiva de novas inversões produtivas de longo prazo.

Este movimento perverso, além de complicar a situação do próprio governo, deteriorava as expectativas de investimento em geral, particularmente o estatal, incidindo fortemente sobre os gastos sociais e alimentando a espiral inflacionária.

Inúmeras soluções seriam tentadas visando atacar de frente a inflação, valendo lembrar a chamada "era" dos planos: Cruzado (1986), Bresser (1987) e Verão (1989). Que diferenças e semelhanças havia entre eles?

Em primeiro lugar, todos eles, em maior ou menor grau, propuseram-se a mesma tarefa: estabilização econômica e combate à inflação. A diferença residiria nos instrumentos aplicados para tanto. O Plano Cruzado do ministro Funaro fundamentou-se nos princípios de uma política econômica heterodoxa, centrada no congelamento de preços com severa fiscalização oficial, estabelecimento de nova moeda e criação de um novo índice formador de preço (Índice de

Preços ao Consumidor — IPC) —, porém ressalte-se, sem congelamento salarial. Inversamente, os demais planos centraram-se em combinações híbridas de heterodoxia e ortodoxia econômicas, ambos com clara incidência sobre o fator trabalho, isto é, partindo da premissa do congelamento dos salários (Modiano, 1989).

O Plano Cruzado, com sua meta de inflação zero, suscitou grande apoio popular. No entanto, por força das contrapressões de segmentos burgueses, cairia por terra logo após a esmagadora vitória eleitoral do PMDB em 1987. Seu rigoroso controle sobre o apetite empresarial para lucros excessivos não encontrou respaldo suficiente no partido que o formulara. A sonegação de mercadorias inviabilizaria o plano através do ágio.

Em abril de 1987, já com o ministro Bresser Pereira, o retorno ao FMI tornou-se precondição para superar o impasse econômico. Seus reflexos no novo plano manifestaram-se através da redução do alcance proposto por suas metas. Não se buscava mais inflação zero, mas apenas a redução dos déficits públicos e o fim da escala móvel de salários. Estes tiveram, aliás, seu índice de reajuste redefinido através da URP (Unidade Referencial de Preços) que, embora propusesse correções trimestrais, garantia a reposição apenas do que ultrapassasse o teto de 20% da inflação acumulada.

O congelamento era, agora, apenas aparente: dele escapavam os preços dos serviços públicos e a própria proposta indicava alta flexibilidade quanto ao fator em questão. Tal plano chegou mesmo a "esquecer" o percentual de 26,1% referente à correção salarial do mês de junho de 1987... Na ausência da definição de instrumentos efetivos de controle sobre os preços, o plano tornava-se insustentável.

Em janeiro de 1988 o então ministro Maílson da Nóbrega daria início à chamada política "feijão-com-arroz": modestos propósitos e modesta metodologia. Visava apenas estabilizar a inflação em torno de 15% ao mês, bem como reduzir o déficit público mediante o corte dos incentivos fiscais e a suspensão do pagamento da URP ao funcionalismo.

A política simplista dependia largamente das flutuações conjunturais. Assim sendo, a decretação da moratória dos juros do serviço da dívida externa possibilitaria, por um lado, um curto fôlego para a asfixiada economia brasileira. Por outro lado, a promulgação da nova Constituição retirava do poder central uma parcela expressiva de recursos. Resgataram-se para o Congresso tímidas prerrogativas de política econômica, acrescendo-se um complicador ao ajuste fiscal pretendido. Um maior quantum da receita federal ficava comprometido com os estados e municípios.

O "feijão-com-arroz" desembocou na "ingovernabilidade". A crise econômica chegou a tal ponto que, em fins de 1988, estabeleceu-se acordo inédito entre governo, empresários e trabalhadores — assumido apenas pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e não pela Central Única dos Trabalhadores (CUT): o chamado Pacto Social, que tentou estabelecer um redutor para a prefixação dos reajustes de preços nos dois últimos meses do ano. Frágil e temporário, o pacto logo desfez-se e a resposta governamental foi o Plano Verão (janeiro de 1989).

O novo plano conjugava a absoluta falta de regras de indexação com a seletividade na aplicação de aumentos salariais. Suspendeu-se a URP, a qual só atingiria categorias com data-base entre fevereiro e junho daquele ano. O setor público constituiu-se em seu alvo número um: redução salarial, demissões e extinção de órgãos estavam na ordem do dia. O único e impávido "colosso" nessa crise era a inflação, quadruplicada entre 1985-89, atingindo a cifra de 1000% ao ano.

A busca de represamentos temporários da inflação, sem mudanças no modelo distributivo, teve como conseqüência o agravamento do desequilíbrio das contas públicas e redundou em efeitos perversos. Em primeiro lugar, a própria perda da credibilidade nas políticas de choque; mais grave ainda, a instalação de um horizonte especulativo na formação dos preços em geral; finalmente, desaceleravase grandemente o crescimento industrial, que girou em torno

de modesto 1,8% ao ano ao longo de 1980. A isso deve ser acrescida a permanência do impasse quanto à renegociação da dívida externa.

Todos os mecanismos essenciais de articulação/indução da acumulação de capitais esfacelavam-se. Ora, como explicá-lo? Uma vez que o mais importante papel do Estado — assegurar a previsibilidade não-monetária à economia — falira, restava-lhe apenas gerir os fluxos monetários. A moeda, entretanto, desvalorizada internamente e estrangulada pela dívida externa, perdia sua capacidade de constituir-se em reserva de valor. A crise, assim, extrapolava os limites econômicos: o próprio Estado, suas instituições e sua credibilidade entravam em crise, arrastando consigo a esfera político-partidária (Oliveira, 1989, p. 35).

O programa de um falso messias

Após a acirrada polarização ocorrida no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, o novo presidente anunciou um bombástico e inusitado plano econômico, no dia seguinte à sua posse, visando a "modernização" da economia brasileira. As medidas propostas provocaram, de imediato, violento impacto social, com o sequestro e congelamento dos ativos financeiros, além de radical aperto monetário. O Plano Collor, entretanto, abrigava outras tendências. Dentre elas, algumas diferiam frontalmente de qualquer medida esbocada nos planos precedentes. Exemplifiquemos: a) desindexação geral entre preços e salários, passando a relação capital-trabalho a ser equacionada pela "livre negociação"; b) um programa de maciças privatizações de empresas estatais, sob a alegação de que os recursos daí advindos contribuiriam para a redução do déficit público; c) manutenção da moratória do serviço da dívida externa, oferecendo como contrapartida a abertura da economia ao capital externo; d) reforma administrativa e do Estado. com o fito de "enxugar" o funcionalismo público; e, por último, e) o fim dos subsídios fiscais.

Tratava-se, em suma, de um programa neoliberal e privatizante, calcado nos mais sólidos — e autoritários — princípios da teoria monetarista convencional. Conquanto louvado por quase todos os setores sociais organizados, em face de seu caráter de combate emergencial a uma inflação de 80% mensal, o Plano Collor não demorou a apresentar suas inconsistências estruturais. A primeira delas era a flagrante contradição entre seu discurso "messiânico" vazio e as condições objetivas da sociedade. Os instrumentos de viabilização do plano — as ditas medidas provisórias — teriam gravíssimas repercussões sobre o processo político, uma vez que reinstauravam procedimentos de tipo fascista. Um eventual fracasso do programa incorreria, pois, em inevitável e inaudita crise institucional, o que de fato ocorreu.

A segunda inconsistência diz respeito às relações entre governo, sociedade e economia. Os pressupostos teóricos da equipe econômica do governo — a tal teoria da inflação inercial — entravam em contradição com a temporalidade de agentes socioeconômicos reais, em particular, a dos trabalhadores cujo horizonte é o fim do mês. Dito de outra maneira: a equalização monetária de grandezas distintas (capital, salários, poupanças individuais), sob a forma de um "mesmo" seqüestro, faria com que o Plano Collor acabasse em recessão e destruição social.

O aspecto mais duradouro do programa foi seu caráter privatizante, aqui entendido enquanto o deslocamento do público em favor do privado, isto é, no sentido de uma privatização do público, que conduziria à perda de patrimônio real por parte deste último. A privatização tal como efetivada estimulou a utilização de moedas podres, tais como cruzados novos retidos no Banco Central, títulos da dívida externa vencidos, etc. Para alguns autores, isso significou a instauração de um novo padrão de financiamento da economia, porém com sinais trocados. Em lugar de utilizarem recursos públicos para constituir empresas estatais, estes seriam remaneja-

dos para a construção de um novo bloco de capitais privados supostamente apto a liderar o processo acumulativo.

Diante de tal quadro o papel dos capitais estrangeiros seria redefinido, visto constituirem-se nos principais atores da privatização, na ausência de um projeto hegemônico da burguesia brasileira. Sob o verniz da "modernização a todo custo" e da crítica à reserva de mercado, eliminavam-se as barreiras que, mesmo ao longo do regime militar, visavam proteger o capital instalado no país.

A leitura vulgar que identificou tal processo a "entreguismo" não percebia que o eixo da questão ultrapassava, em muito, o conflito entre capitais nacionais × capitais estrangeiros. Tratava-se, de fato, de um deslocamento de bens públicos para o setor privado e da constituição de uma estratégia para compor um novo bloco de capitais capaz de conduzir à acumulação. O conflito entre os capitais internos e externos dar-se-ia, justamente, na partilha do espólio das estatais.

Como compreender, então, o fracasso do plano? Duas razões devem ser enfatizadas. Em primeiro lugar, o fato de que boa parcela da burguesia aqui instalada, incapacitada — em função da longa recessão — de entrar nesta disputa, retirou seu apoio ao programa. Em segundo lugar situa-se a velha questão da dívida externa, já que privatização e formação de um novo bloco financeiro requeriam novos capitais forâneos, impossíveis de se obter sem a negociação da dívida. O Plano Collor terminou por aprofundar a crise econômica e a crise do Estado, atingindo até mesmo setores produtivos que ainda davam mostras de alguma vitalidade (como no caso das montadoras, por exemplo).

Em síntese: as diferentes frações da burguesia, na ausência de um projeto hegemônico, apostaram na patética figura presidencial como um instrumento para a destruição das forças sociais organizadas. Ao fazê-lo, não percebiam que colaboravam para o desmantelamento das condições

de seu próprio desenvolvimento futuro: a modernidade exige a plena participação de todos os setores sociais, consistindo num projeto oposto ao apregoado por Collor.

O aprendizado das diferenças

A transição tutelada

O processo de abertura política correspondeu, em princípio, a um projeto dos militares, limitando-se a uma descompressão tutelada. Ao longo dos anos 80, no entanto, os desdobramentos deste processo ultrapassariam sua própria capacidade de controle. A corporação fragilizava-se mediante a exposição pública de suas profundas divisões internas. Os atos terroristas dos anos 1980-81 demonstrariam o alcance de tais divergências. Seu ponto culminante, o lastimável episódio do Riocentro (1º de maio de 1981), desfiguraria a própria equipe encarregada de elaborar o projeto da abertura política (afastamento do general Golbery do Couto e Silva).

De outra perspectiva, a dinâmica interna da abertura apontava já para seus limites. As eleições para os governos estaduais em 1982 representaram um marco na extinção do projeto tutelado pelos militares: as Oposições conquistaram a maioria dos executivos estaduais, sobretudo nos principais estados. Inaugurava-se o que alguns autores denominam de diarquia brasileira (Lamounier, 1986). Isto significava a coexistência de dois fulcros de poder, ambos incapazes de impor seu próprio projeto. Simultaneamente, abriase espaço para uma descompressão não mais tutelada, na esteira de uma dinâmica com efeitos próprios. A transição permaneceria, entretanto, altamente negociada, flutuando em função da mobilização das mais diversas forças sociais.

A campanha das Diretas-Já é seu mais expressivo exemplo. Iniciada em 1983 com a emenda constitucional

do então deputado Dante de Oliveira (PMDB, antigo MDB), visava eliminar o procedimento das eleições presidenciais indiretas por intermédio de um Colégio Eleitoral. Desenvolvendo-se em período ainda marcado pela bipolaridade — Situação × Oposição —, apesar da existência do multipartidarismo, rapidamente congregou os principais nomes dos partidos oposicionistas.

Originada no PMDB, tornou-se uma frente de oposição — PMDB, PT, PDT — incorporando um vasto movimento social, composto desde por intelectuais e artistas, até associações as mais diversas, como a OAB, ABI, CNBB, dentre outras. As manifestações pelas Diretas-Já desenrolaram-se por todo o país com estrondosa participação popular, e isso apesar da resistência do principal meio de comunicação (TV Globo) que, inicialmente, de acordo com a estratégia governista, procurou ocultar sua existência.

A derrota da emenda Dante de Oliveira da Câmara não significou, entretanto, a derrota de um movimento mais vasto, que adquiria foros de irreversibilidade. Se a democracia política fora adiada, ela se impunha, desde então, como reivindicação obrigatória na agenda da transição.

A Constituição conflitiva

Um dos desdobramentos da campanha foi a fragorosa derrota do candidato da Situação — Paulo Maluf — à sucessão presidencial, com a vitória de Trancredo Neves no Colégio Eleitoral. Seu papel seria o de coordenar um arriscado malabarismo entre o compromisso com o projeto democrático e as negociações — em grande parte secretas — com segmentos militares.

Velho e experiente político, Tancredo não se havia incompatibilizado com as forças conservadoras, ao mesmo tempo que se assegurava do apoio do principal partido de Oposição. Sua posse, no entanto, não chegaria a ocorrer, inviabilizada por mal súbito que o levou à morte. A como-

ção provocada por tal fato gerou grande insegurança quanto à condução de tão delicado processo por intermédio de seu vice — José Sarney —, ex-presidente da Arena.

Malgrado tal conjuntura, o período 1985-86 descortinou novas possibilidades. Alçada a uma visibilidade política calcada em real apoio popular ao projeto democratizante e sob a condução política do PMDB, a Nova República não tinha como recuar. Após um breve interregno equivalente ao cumprimento das alianças esboçadas por Tancredo, o Plano Cruzado afigurou-se como uma intervenção *política* e econômica, em prol do restabelecimento de horizontes relativamente previsíveis para a sociedade brasileira.

Contando inicialmente com forte respaldo popular, o plano seria progressivamente esvaziado pelas artimanhas das distintas frações do capital que se julgavam lesadas. Outro obstáculo ao plano foi a ausência da contrapartida política esperada: os antigos partidos de Oposição não mais pareciam dispostos a recriar um movimento unificador capaz de fazer frente aos boicotes empresariais. O PT e o PDT posicionaram-se abertamente contrários ao plano. O PMDB, então no governo, demonstrou-se impotente para respaldar a reação popular frente a tais boicotes.

A farsa da Nova República desnudava-se com o alinhamento do governo Sarney junto às forças conservadoras. Nesse sentido o ano de 1986 foi duplamente significativo. Por um lado, ao final de uma campanha eleitoral centrada nos louros do Plano Funaro, a vitória expressiva do PMDB transformar-se-ia em seu contrário. A edição do Cruzado II, no dia seguinte ao pleito, descaracterizando o plano original, iniciava o processo de pulverização do partido. Por outro lado, a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) mostrar-se-ia incapaz de fortalecer os vínculos partidários e contrapor-se decisivamente às tentativas manipuladoras da presidência da República.

Desde sua instalação em 1987, a ANC viu-se sob cerrada pressão do Executivo, que ainda dispunha de larga

margem de atuação em seu bojo — o chamado entulho autoritário. Dois grandes embates o exemplificam: a decisão sobre o âmbito da Assembléia e a duração do mandato presidencial. Em ambos os casos firmou-se a vontade presidencial.

Ademais, a ANC refletia, em sua própria composição, a heterogeneidade das forças sociais e a fragilidade dos elos entre o movimento social organizado e a estrutura partidária — à exceção do PT. Para se ter uma idéia, basta citar que 32% dos congressistas eram ligados aos setores industriais, enquanto apenas 3% eram profissionais manuais ou de nível médio. Segundo alguns autores, os interesses do capital, presentes na Constituinte, chegavam a atingir 42,25% do total de participantes, ao passo que os interesses trabalhistas somente 12,15% (Diniz, 1989). Além disso, o próprio empresariado, embora progressivamente organizado e disputando palmo a palmo seus interesses, expressava divergências significativas, como aquela que contrapunha desenvolvimentistas a neoliberais.

A formação do Centrão — posicionado à direita do espectro político —, a agressiva campanha da UDR (União Democrática Ruralista) de Ronaldo Caiado e a formação de inúmeros *lobbies*, mormente os de origem empresarial, ilustram o poder de obstaculização do grande capital. Contribuíram, outrossim, para a morosidade da elaboração do texto final, bem como para a impossibilidade de se formular um perfil claro — um projeto nacional — pela ANC.

A desconstrução do espaço público

O jogo obscuro de poder então travado, opondo tanto a ANC ao Executivo como os diversos segmentos sociais que nela conseguiam fazer-se representar, teve consequências expressivas. Em primeiro lugar, reforçou o declínio da capacidade de decisão das distintas instâncias governamentais, atingindo Executivo, Legislativo e suas agências. Em segundo lugar, fragilizou ainda mais as identidades partidárias, criando

um verdadeiro fosso entre a estrutura da representação, os conteúdos por ela veiculados e sua base eleitoral.

Os espaços *públicos*, no sentido mais amplo da palavra, reduziam-se. O debate constitucional apontava para um estranho consenso anti-Estado. À direita, crescia um movimento neoliberal que, preservando-se as benesses do Estado, propunha a desregulamentação da economia e a redução dos gastos sociais. Num aparente paradoxo, unificavam-se os empresários em torno da intervenção estatal em matéria de organização sindical. À esquerda, esse perfil se desdobrava em duas vertentes. A primeira, contra as amarras corporativas que subordinavam o movimento sindical. A segunda, em nome da autonomia, perdia de vista a importância da esfera pública — confundida com estatal —, instância capaz de contrapor-se ao longo processo de confusão entre o público e o privado reforçado pela ditadura.

Na falta de projetos nacionais claramente formulados, um "consenso" deste tipo facilmente derivaria — como ocorreu — para o desmantelamento das instituições públicas.

A promulgação do novo texto constitucional em 1988, após dois anos de trabalhos descentralizados, se deu, pois, sem um impacto capaz de inaugurar um novo trato das questões institucionais. Assegurou conquistas expressivas por parte de trabalhadores e dos movimentos sociais, mas deixou clara, também, a capacidade de pressão e a intransigência das forças conservadoras. Um verdadeiro vácuo de poder se formava em seu rastro, vindo a permitir a ascensão meteórica de um projeto vazio como o de Collor.

Baseada num partido político inexistente — o PRN (Partido da Renovação Nacional) —, criado pelo oportunismo das circunstâncias, a nova liderança alimentava-se de um discurso moralizante onde as fronteiras entre o público e o privado eram imprecisas: remanescente da oligarguia, sua imagem firmava-se como "caçador de marajás", visando sobretudo o alto escalão dos empregos públicos.

O empresariado, mais temeroso com a possibilidade da ascensão de um governo popular do que preocupado em elaborar um projeto de sociedade, terminou por apoiar Collor, tendo à frente o imenso império de Roberto Marinho. As primeiras eleições diretas para presidente após 30 anos de silêncio nas urnas, ainda que comportando alguns episódios lastimáveis, indicavam algumas direções significativas.

Os esforços empreendidos pelo novo presidente no sentido de esvaziar o núcleo mais combativo do movimento sindical — via ampliação dos espaços atribuídos ao sindicalismo de resultados da Força Sindical de Antônio Medeiros —, embora temporariamente unificassem a grande burguesia em torno do projeto "collorido", não tiveram os resultados esperados. De um lado, pela maior maturidade das lideranças sindicais e de suas bases de apoio. Por outro, porque ele é o fundamento real de qualquer modernização efetiva. O golpe tentado e abortado contra a organização dos trabalhadores só fez adiar a própria retomada do crescimento econômico em bases estáveis.

Malgrado todas essas frentes de batalha, não se pode afirmar ter sido a eleição de Collor uma catástrofe total. A esquizofrenia patenteada pelo confronto entre seu discurso e suas práticas acabaria por voltar-se contra ele mesmo, catalisando, por mais ambíguo que possa parecer, os antagonismos tanto da burguesia quanto do movimento sindical. Seu ponto de confluência consistiu não mais numa fala moralizante, mas num discurso em defesa da ética em todos os domínios do social.

Os movimentos sociais: da utopia à construção da realidade

Os movimentos sociais deveriam defrontar-se com sua maturidade e suas próprias dificuldades ao longo da década de 1980. Abordaremos seus dois eixos principais, cada qual comportando dinâmicas e problemas específicos, a despeito de contribuírem para um processo mais generali-

zado de construção da sociedade: o movimento sindical e os movimentos sociais organizados de abrangência ou temática restrita.

Consolidação do movimento sindical

A estrutura sindical brasileira atravessou um efetivo processo de amadurecimento na última década. Em primeiro lugar, apesar da longa crise econômica, iniciada em 1975 e ainda em curso, não havia mais dúvidas quanto ao caráter capitalista e industrial da sociedade brasileira. O movimento sindical instalava-se, assim, como um — temido — aval da modernidade. Devendo chocar-se contra um dos traços mais marcantes da nossa história — o corporativismo estatal adotado desde a década de 1930 — e incorporando, agora, crescentes massas de população não urbana — pólo do maior crescimento numérico do período —, deveria, por outro lado, enfrentar o processo de complexificação existente tanto no interior das empresas quanto a nível da estrutura produtiva nacional.

Duas dinâmicas impuseram-se ao movimento sindical nos anos 80: preservar os ganhos salariais relativos de seus filiados frente a um processo inflacionário galopante e incorporar a diferenciação interna dos trabalhadores. Dito de outra maneira, o sindicalismo iria consolidar-se justamente em meio a uma longa e severa crise.

A origem do "novo sindicalismo" esteve ligada aos pólos industriais de ponta — em especial o ABC paulista —, constituindo-se sobre bases efetivamente operárias. Um dos traços mais marcantes dos primeiros anos da década de 80 foi, no entanto, a emergência de um forte processo de sindicalização de classes médias: profissionais liberais agora assalariados, funcionalismo público, professores, bancários, etc.

Logo, o movimento sindical deveria reconstituir-se num período marcado não apenas por fortes variações de conjuntura política, como também pela ampliação do espectro de interesses dos grupos representados, distintamente do que ocorria em momentos precedentes. Entre 1980-85 os trabalhadores mediram-se, ainda, com um governo militar que dispunha de amplos meios coercitivos, apesar do processo de abertura. As grandes conquistas de 1979 — dentre elas a indexação salarial — reduziram o impacto grevista. Os anos 1981-82, marcados pela recessão e as manifestações de força da linha dura militar, traduziriam-se pelo refluxo das ondas de greves. Além disso, uma modificação imposta na Lei de Greve afastou o mais combativo líder sindical (Lula) durante quase todo o ano de 1981 da condução do sindicato dos metalúrgicos.

As políticas salariais adotadas pelo governo Figueiredo careciam de coerência e consistência de mais longo prazo, tendo como efeito uma drástica redução para as categorias salariais superiores (1983). Isto, no entanto, não significava aumentos reais para os demais estratos. Assim, estimularamse novas modalidades de articulação de interesses pelo viés do corporativismo societário. Não se trata mais, aqui, da subordinação das categorias profissionais ao controle do Estado, mas de uma defesa cada vez mais instransigente dos interesses setoriais em detrimento de projetos globais, unificadores. O acirramento do processo inflacionário ao longo do período em foco contribuiu para o reforço de tais tendências.

A estratégia adotada frente à conjuntura política da abertura tinha sido balizada, até 1982, pela busca da construção de uma entidade representativa nacional, agregadora dos diferentes sindicatos e organizações de trabalhadores. A primeira Confederação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada no estado de São Paulo, em agosto de 1981, foi a tradução material dessa estratégia. Dela, devemos destacar a grande variedade de tendências, a magnitude do evento — 5036 delegados de 1091 entidades —, bem como a rapidez com que ele foi organizado, num período de alta capacidade repressiva do governo.

As divergências quanto à condução política do movimento sindical se expressariam, já em 1983, com a criação da CUT, de cunho mais marcadamente socialista. A outra

tendência, mais conciliadora de modo a evitar que as pressões sociais comprometessem a abertura política, preservou durante certo tempo a denominação Conclat, transformando-se, em 1986, na CGT.

A aproximação entre centrais sindicais e estrutura partidária — inicialmente CUT/PT e CGT/PCB e MR8— não se manteve sem oscilações ao longo do período, especialmente no tocante à última das centrais mencionadas. A aliança entre CUT e PT foi preservada, conquanto isso não tenha significado que o partido ainda se constituísse, majoritariamente, de sindicalistas operários, tal como em suas origens. As lideranças petistas do final da década— refletindo, inclusive, a nova complexidade das bases sindicais— eram compostas por uma maioria de profissionais liberais e professores (Rodrigues, 1990).

A segunda metade dos anos 80 dá conta de uma participação expressiva dos movimentos sindicais nos grandes debates políticos, mormente a elaboração da nova Constituição. Com isso, visavam assegurar os direitos dos trabalhadores, bem como minimizar o caráter socialmente excludente e politicamente controlador presente nas Constituições anteriores. Embora devendo entrar em confronto com os já citados *lobbies* do empresariado em prol da manutenção da estrutura corporativa, ganhos reais podem ser apontados. Dentre eles, a redução da jornada de trabalho semanal, a compensação real por perda de emprego sem justa causa, direitos sociais genéricos, além da flexibilização significativa da própria estrutura sindical. Em contrapartida, a reforma agrária permaneceria como ponto sensível, imune a qualquer avanço, em função das pressões conservadoras.

À longa duração da crise no Brasil — que de econômica passava a incorporar dimensões políticas e sociais — somaram-se, em fins do período, transformações de monta no cenário internacional. Do ponto de vista interno, a estrutura sindical, calcada no emprego formal, não podia incorporar a massa crescente de desempregados que se deslocava para os setores informais da economia. Assim, frente

à ameaça do desemprego e à inflação galopante, a tendência defensiva mais pragmática dos interesses assalariados setoriais — exemplificada pela Força Sindical — reforçou modalidades de corporativismo societário, para o que também contribuiu o desmoronamento do "socialismo real" em sua dimensão mundial, comprometendo, com sua queda, projetos alternativos ao capitalismo.

Tecendo o cotidiano

Juntamente com o novo sindicalismo, a emergência dos movimentos sociais nos anos 70 concentrou grandes esperanças quanto à possibilidade de mudanças radicais na estrutura social brasileira. Alçados pela historiografia especializada à condição de único canal possível de resgate da sociedade civil de sua condição de "massa amorfa", tais movimentos e/ou análises serviram de suporte para expectativas utópicas as mais variadas.

Da mesma forma que o movimento sindical, estes deveriam defrontar-se com o aprofundamento da crise, com sua própria diferenciação interna e, ainda, com a explicitação de sua indentidade face aos partidos políticos. Enquanto na década de 70 a estrutura bipolar do sistema partidário transformava, de forma quase automática, qualquer reivindicação setorial em manifestação oposicionista, a reconstrução partidária — num primeiro momento — e o subseqüente processo de redemocratização tendiam a fissurar sua unidade inicial.

Já nos primeiros anos da década de 80, os movimentos de bairro, por exemplo, deparavam-se com três ordens de dificuldade. A primeira delas, a adesão de seus membros a diferentes partidos, se não lhes retirava sua identidade própria, por outro lado acentuava a existência de opções políticas distintas e de diferentes avaliações de conjuntura, influindo nos rumos a serem adotados. O mesmo processo que assegurava o crescimento e a importância de tais movimentos abria espaços para disputas e diferenças internas (Mainwaring, 1988).

O segundo nível de dificuldades diz respeito aos procedimentos internos a serem definidos para a manutenção e condução dos movimentos. As formas espontâneas e/ou comunitárias de organização criavam espaços novos de construção da igualdade e da cidadania, mas inviabilizavam-se mediante a necessidade de uma mobilização permanente e pelas longas e enfadonhas tentativas de construir um consenso mínimo para sua atuação. Por seu turno, as modalidades de representação — eleições regulares, delegação de poderes, etc. — esbarravam no temor de manipulações diversas, oriundas tanto dos partidos políticos quanto de segmentos internos aos próprios movimentos.

Finalmente, o processo de abertura e a nova importância adquirida pelas eleições multiplicavam as áreas de ambigüidade. De um lado, asseguravam aos movimentos um espaço real, embora restrito, de intervenção na condução das políticas locais. Por outro, a tendência assim afirmada de incorporá-los às engrenagens do Estado reduzia sua margem de autonomia.

A rigor, todas essas dificuldades expressam, a nível interno, a variedade de conflitos que atravessa qualquer sociedade. Assim, se no início dos anos 80 houve um momento de refluxo dos movimentos sociais, o final da década assistiria à sua afirmação enquanto modalidade legítima de articulação, expansão e defesa de interesses. A mobilização em torno da Constituinte veio demonstrar a capacidade de organização da sociedade, traduzida em determinadas conquistas fundamentais, tais como a garantia de direitos individuais e coletivos na abertura da Carta Magna, além da rejeição de toda forma de discriminação de minorias.

8

Conclusão

O período compreendido entre 1964-80 inaugurou-se com a ruptura do pacto populista. Com isso, as formas tradicionais de representatividade, mantidas como ritual legitimador, padeceram de um comprometimento de origem: a exclusão dos setores populares. Em contrapartida, o exercício do poder pelas Forças Armadas criou nova ambigüidade: a politização da corporação militar, cujo potencial de conflitos — intra e extramuros — ampliou-se.

O regime pós-64 representou, também, a afirmação da hegemonia do grande capital consubstanciada na aliança entre empresariado, tecnocratas e militares na gestão de um modelo econômico concentracionista e progressivamente internacionalizado. Orientada para o azeitamento do padrão de acumulação vigente, a política econômica do governo, através de seus dois eixos — a concentração do capital e da renda *versus* arrocho salarial e o privilegiamento das multinacionais —, acabou por aprofundar suas contradições latentes. Os limites desse modelo emergiriam por volta de 1974, através dos índices inusitados das dívidas interna e externa. Daí por diante, a história econômica do Brasil resumiu-se num conjunto de tentativas inibidoras do binômio endividamento/inflação, sem resultados palpáveis.

Isso porque o papel estratégico do Estado na economia, como produtor, gestor financeiro e responsável pelos níveis globais de investimento, implicou a circularidade do processo: impossível parar de emitir ou de tomar novos empréstimos, o impasse estava posto.

O reverso da medalha foi a fissura dentro do aparentemente inabalável bloco no poder. Tratava-se de definir sobre qual segmento recairia o ônus da crise. Em que pese o favorecimento do Estado ao setor de bens de produção predominantemente nacional a medição de forças prosseguiu, dificultando a institucionalização de um processo político-partidário efetivamente representativo.

Simultaneamente eclodiu, como vimos, um surto de mobilização social. A despeito da permanência do aparelho repressivo, as velhas questões pendentes ressurgiam, assistindo-se, desde 1978, à multiplicação de tentativas de organização popular alternativas, cujo denominador comum — do sindicalismo às associações de bairro — foi sua luta pela autonomia face ao Estado. Crise econômica, crise de legitimidade e movimentos de massa deram a tônica à chamada abertura.

As expectativas projetadas para o decênio seguinte — recuperação econômica, afirmação e consolidação do sistema partidário, democratização ampliada — viram-se todas frustradas. Ao contrário, a crise econômica aprofundou-se em níveis impensados, potenciada por uma explosão inflacionária até hoje incontida, malgrado todo um arsenal de planos — heterodoxos e/ou ortodoxos — destinados a barrá-la.

O alto grau de barganha envolvido na transição democrática reduziu o alcance de suas conquistas. Seu caso paradigmático foi a própria Assembléia Nacional Constituinte em cujo seio debateram-se propostas consequentes e *lobbies/* fisiologismos diversos. Seu resultado, ainda que incorporando conquistas reais, tem sua aplicação mitigada pela não regulamentação da maior parte de seus capítulos. E isto, em plena véspera de uma nova revisão do texto constitucional...

Crise econômica e crise política não poderiam advir isentas de uma crise social de iguais proporções. Corporativismo societário, individualismo, enfraquecimento de valores morais e éticos, exacerbação da violência urbana, comprometimento e corrupção da estrutura administrativa são apenas alguns de seus aspectos.

A um quadro como este, somente um episódio "collorido" seria capaz de acrescentar novo capítulo que, a despeito de formalmente superado pelo *impeachment*, deixou heranças visíveis em nosso cotidiano mais atual. A privatização do espaço público é seu ranço mais duradouro. Contra isso, entretanto, segmentos organizados da sociedade deram mostras de conseqüência na luta pela afirmação de seus princípios, conquanto bombardeados pelo discurso neoliberal empunhado por parcela da burguesia brasileira.

A ilusão de um super-Estado e o desejo de suprimir o dissenso na sociedade brasileira, próprios de uma burguesia sem projetos consistentes, acabaram dando suporte ao último grande espetáculo de prestidigitação política. Por trás dos efeitos especiais, no entanto, ocultou-se a erosão do Estado e de sua capacidade de assegurar previsibilidade ao horizonte econômico-social.

9 Vocabulário crítico

Acumulação capitalista: forma de reprodução do capital, que ao fim de cada ciclo produtivo reincorpora não apenas os elementos adquiridos para o processo (matériasprimas, equipamentos, insumos e força de trabalho), mas também a mais-valia nele gerada. E, por definição, sempre ampliada.

Anistia: perdão político, cujo efeito anula a punição e o fato que a causa, ao declarar a impunibilidade de ações praticadas por razões políticas.

Balança comercial: conta das importações e exportações de mercadorias de um país.

Balanço de pagamento: lançamento sistemático de todas as transações econômicas ocorridas entre indivíduos do país e do exterior compreendendo transações correntes e operações de capital.

Bloco dominante: articulação entre facções da classe dominante que empalma o poder do Estado, exercendo sua hegemonia sobre suas demais facções, assim como sobre as classes dominadas.

- Bonapartismo: forma de governo em que o Poder Legislativo se subordina ao Executivo, dirigido por um personagem central identificado à Nação. De caráter transitório e aparentemente autônomo, expressa os interesses econômicos fundamentais da classe dominante.
- Capital fixo: instrumentos de todas as espécies, inclusive edifícios e benfeitorias, além de maquinaria e equipamentos.
- Consenso: acordo entre os membros de uma unidade social em relação a princípios, valores, normas, assim como aos objetivos almejados e aos meios para atingi-los.
- Corporativismo: tipo de associação por atividade profissional. Característico da política adotada pelo fascismo, onde os trabalhadores eram organizados através da subordinação ao Estado, de cima para baixo, não se admitindo sua autonomia.
- Departamentos industriais: adotamos o critério estabelecido por Francisco de Oliveira (1977, p. 77), que conjuga o esquema da reprodução ampliada de Marx ao proposto pelo economista M. Kalecki, na identificação dos setores da produção industrial. Esta classificação não deve ser confundida com a distinção entre os setores econômicos primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços), pois destina-se à compreensão das relações interindustriais nas sociedades capitalistas. São eles:

Departamento I — produtor de máquinas e equipamentos, ou bens de capital, já que seus consumidores são as demais indústrias;

Departamento II — dedica-se à produção de bens de consumo corrente, desde produtos alimentícios a objetos de vestuário, calçados, produtos de limpeza, isto é, consumo popular;

Departamento III — produtor de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis.

- Dissenso: categoria genérica, que engloba todas as formas de desacordo e de atitude negativa em relação ao sistema político ou aos seus aspectos mais específicos. As várias formas de oposição e a desobediência civil são suas manifestações mais típicas.
- Exército industrial de reserva: parcela da força de trabalho que permanece fora do processo produtivo, embora apta a nele ingressar. Sua permanente reconstituição é um dos elementos estruturais do capitalismo.
- Legitimidade: apoio e garantia de permanência de um sistema de dominação, baseado em normas promulgadas pela autoridade constituída, de acordo com procedimentos legais explicitamente sancionados.
- Padrão de acumulação: forma de articulação intersetorial, baseada no peso específico dos diversos departamentos da produção. Refere-se sempre a um momento histórico e social determinado.
- Pelego: tecido de lã, utilizado em montaria entre o cavalo e o cavaleiro. Designa o líder sindical vinculado ao patronato ou ao Estado.
- Plano heterodoxo: conjunto de medidas adotadas pelo governo para combater a inflação mediante instrumentos econômicos de choque e pouco convencionais, tais como o congelamento de preços e salários, a alteração do sistema monetário ou o fim de indexadores da economia.
- Plano ortodoxo: conjunto de medidas tomadas pelo governo para combater a inflação através de práticas de caráter tradicional e essencialmente monetárias, com base em cortes de despesas e aumento da arrecadação.
- Populismo: regime político caracterizado pela tendência conciliadora, onde a constante referência ao povo se faz de forma lírica e romântica, não admitindo a existência das lutas de classe. Normalmente constitui-se juntamente

com a proeminência de líderes personalistas e messiânicos estreitamente identificados ao Estado. Conduziu a práticas demagógicas, tendo sido amplamente vigente na América Latina na década de 1950.

Tecnoburocracia: grupo dos elementos ligados às esferas técnicas do conhecimento — sobretudo na área econômica — alçados a postos de comando independentemente de expressão política conferida por representação popular. Tendem a considerar suas decisões como eminentemente técnicas, ocultando seu caráter político.

10

Bibliografia comentada

Belluzzo, Luiz Gonzaga & Coutinho, Renata, orgs. 1982. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense. 2 v.

Coletânea de artigos produzidos por economistas dos mais conceituados sobre a economia brasileira recente, engloba os mais variados aspectos do desenvolvimento e da crise do capitalismo no país.

Castro, A. B. & Souza, F. P. 1988. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Interpretação heterodoxa do papel dos militares na condução da política econômica. Considera os grandes investimentos estatais do período pós-74 como elementos minimizadores do impacto provocado pela crise econômica internacional.

Delgado, Lucilia de Almeida Neves. 1986. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-64. 2. ed. Petrópolis, Vozes.

Análise cuidadosa das estruturas sindical e intersindical no período 1961-64, em suas relações com as bases operárias e com o poder.

- DINIZ, E. & BOSCHI, R. 1989. Empresários e Constituinte.
 In: CAMARGO, A. & DINIZ, E., orgs. Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. São Paulo, Vértice.
 Coletânea de artigos visando interpretar os traços de longa duração presentes na estrutura política brasileira, identificando aqueles resultantes do período autoritário.
- DREIFUSS, René Armand. 1981. 1964: a conquista do Estado.
 Petrópolis, Vozes.
 Abordagem inovadora de 64, como articulação política entre tecnoempresários, militares e multinacionais, visando o assalto ao poder. Fartamente documentado.
- ERICKSON, Kenneth P. 1979. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo, Brasiliense.
 Trata das relações sindicato-Estado desde a década de 1930, ganhando tom analítico mais acurado ao discutilas no período pós-64, com ênfase na nova política trabalhista e salarial.
- GORENDER, Jacob. 1987. Combate nas trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática.
 - O mais recente e completo trabalho sobre as organizações de esquerda no Brasil no período 1960-79, abrangendo desde a análise de sua formação até as nuanças políticas que as diferenciavam. Amplamente documentado, inclui importantes reflexões do Autor sobre as estratégias revolucionárias então adotadas.
- KLEIN, Lucia & FIGUEIREDO, Marcus. 1978. Legitimidade e coação no Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Forense. Composto de duas partes diferenciadas, enfatiza o problema da coexistência entre uma ordem de exceção e outra legal, assim como os ciclos da repressão no período.
- Kowarick, Lucio. 1977. Capitalismo e marginalidade na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Questiona o amplamente difundido conceito de "marginalidade", demonstrando que sua recriação responde histórica e estruturalmente ao capitalismo no mundo latino-americano.
- Krischke, Paulo, org. 1982. Brasil: do "milagre" à "abertura". São Paulo, Cortez.

 Um dos melhores conjuntos de ensaios sobre o período pós-64, abrangendo temáticas das mais diversas no domínio do econômico, político e social.
- LAMOUNIER, B. 1986. Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982. *Dados*, Rio de Janeiro, 29 (3): 283-317. Artigo complementar a análises precedentes desenvolvidas por diversos autores, inclusive o próprio Lamounier. Seu foco reside nas mudanças trazidas pelo processo eleitoral do período compreendido entre 1974 e 1982.
- , org. 1990. De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo, Adesp/CNPq.

 Importante fonte de informação e análise sobre o processo político entre 1974 e 1992. Voltado especialmente para o aspecto político-eleitoral, não deixa, entretanto, de contribuir significativamente para o estudo do processo social.
- a luta pela democracia. In: STEPAN, A., org. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Cuidadoso estudo de caso sobre uma comunidade de base montada em Nova Iguaçu (RJ), aponta, especialmente, para as dificuldades que esta atravessou no período da redemocratização.

Mainwaring, S. 1988. Os movimentos populares de base e

Mantega, Guido & Moraes, Maria. 1979. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Excepcional estudo sobre o desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro, primando pela conjugação de uma alta capacidade de síntese com fina acuidade analítica.
- MARCONI, Paolo. 1980. A censura política na imprensa brasileira. 2. ed. São Paulo, Global.

 Levantamento bem documentado da ação da censura à imprensa, e de suas fases, no período 1964-79.
- Mendonça, Sonia R. de. 1986. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Graal. Trabalho de síntese sobre os momentos cruciais no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil entre 1930-1980, incorporando na análise as mais expressivas questões político-sociais.
- MODIANO, E. 1989. A ópera dos três cruzados: 1985-1989.
 In: ABREU, P., org. A ordem do progresso. Rio de Janeiro, Campus.
 Análise essencialmente factual dos diversos planos econômicos implementados após 1986. A despeito da linguagem puramente economicista, trata-se de fonte de informações significativas quanto ao tema.
- Moisés, J. Álvaro et alii. 1982. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.

 Coletânea de artigos sobre as condições de vida e as primeiras mobilizações populares no pós-64, indicando a problemática especificamente urbana.
- Moreira Alves, Maria Helena. 1984. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes.

 Análise detalhada e farta em informações sobre a interação dialética entre o Estado de Segurança Nacional e as Oposições no pós-64, propondo uma periodização para a mesma.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. 1978. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes.

- Minuciosa análise da relação entre os militares e o Estado a partir do recorte da Doutrina de Segurança Nacional, nos governos Castello Branco e Costa e Silva.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1976. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP n. 1. 2. ed. São Paulo, Brasiliense.
- ____. 1977. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal.
 - Ambos, leituras obrigatórias para o período 1930-76, por sua crítica fundamental ao dualismo, tendo caráter explicativo e abrangente. Uma das mais perspicazes interpretações da economia brasileira.
 - ____. 1989. Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro, Campus.
 - Trabalho de síntese sobre o período Collor, englobando aspectos econômicos, políticos e sociais. Mesmo lançando mão de uma linguagem algo jornalística, trata-se de uma das mais consistentes e instigantes avaliações sobre o período.
- Rodrigues, L. M. 1990. CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 - O autor especializou-se no estudo do sindicalismo e partidos políticos. O texto em questão é um dos únicos que indicam, precisamente, origem, formação e composição das centrais sindicais.
- Singer, Paul. 1977. A crise do "milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 - Reunião de textos avulsos do autor sobre a gestação, características e contradições do "milagre" brasileiro, com ênfase nas questões da dependência e da situação da classe trabalhadora.
- Sorj, Bernardo & Almeida, Maria Hermínia T. de, orgs. 1983. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

Importante coletânea de trabalhos sobre as principais transformações em curso na sociedade brasileira nas décadas de 60 e 70, a partir de uma perspectiva eminentemente sociológica.

Souza, Maria Carmo Campello de. 1976. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Ômega. Analisa a formação e evolução dos partidos no Brasil, desde o quadro institucional às relações de poder que os norteiam, com conclusões sólidas sobre a crise de 1964.

Série Fundamentos

- Fundamentação teórica avançada, aprofundando a abordagem da matéria.
- Abordagem crítica e detalhada de um tema ou conjunto de temas correlatos — de uma determinada disciplina.
- Alguns dos mais destacados autores nacionais e estrangeiros de cada área.
- Subsídios para o acompanhamento de programa completo de uma disciplina. Veja, agora, nossos últimos lancamentos:

· •ju, ugo.u, nossos ui
14 Romance hispano-americano Bella Jozef
15. Falares crioulos Linguas em contato Fernando Tarallo & Tania Alkmin
 A prática da reportagem Ricardo Kotscho
17. A língua escrita no Brasil Edith Pimentel Pinto
18. Cultura brasileira Temas e situações <i>Alfredo Bosi</i>
 Pensamento pedagógico brasileiro Moacir Gadotti
 Constituições brasileiras e cidadania Célia Galvão Quirino &
Maria Lúcia Montes 21. História da língua portuguesa I. Séculos XII, XIII, XIV Amini Boainain Hauy
22. História da língua portuguesa II. Século XV e meados do século XVI Dulce de Faria Paiva
23. História da língua portuguesa III. Segunda metade do século XVI e século XVII Segismundo Spina
24 História da língua portuguesa IV. Século XVIII Rolando Morel Pinto
História da língua portuguesa V. Século XIX Nilce Sant'Anna Martins
26. História da língua portuguesa VI. Século XX Edith Pimentel Pinto
27. Administração estratégica Luis Gaj
28 A tragédia Estrutura & história <i>Ligia Militz da Costa &</i> <i>Maria Luiza Ritzel Remédios</i>
29. Dicionário de teoria da narrativa Carlos Reis & Ana Cristina M. Lopes
 Introdução à economia mundial contemporânea Geraldo Müller
31 O tempo na narrativa Benedito Nunes
32. Classes, regimes e ideologias Robert Henry Srour

	.,,		
4	Romance hispano-americano Bella Jozef	1	assistència de enfermagei Robert J. Pratt
5	Falares crioulos	34	Sociologia do negro brasil
	Linguas em contato Fernando Tarallo &	35	Clóvis Moura Aprendizagem e
	Tania Alkmın	ŀ	planejamento de ensino Wilson de Faria
6	A prática da reportagem Ricardo Kotscho	36	Sociologia da sociologia
7	A língua escrita no Brasil Edith Pimentel Pinto	37	Octavio lanni A formação do Estado populista na América Latir
8	Cultura brasileira	l	Octavio lann:
	Temas e situações Alfredo Bosi	38	Introdução à filosofia da a Benedito Nunes
9.	Pensamento pedagógico	39	História Geral e do Brasil
	brasileiro Moacir Gadotti	40	Francisco Iglésias Classes sociais e movime
0	Constituições brasileiras e	ľ	operário
-	cidadania	١	Edgard Carone
	Célia Galvão Quirino & Maria Lúcia Montes	41	Estética da recepção e his literatura
1.	História da língua portuguesa	l	Regina Zilberman
	1. Séculos XII, XIII, XIV	42	Leitura Perspectivas interdisciplina
2	Amini Boainain Hauy História da língua portuguesa	1	Regina Zilberman & Ezegu
۷.	II. Século XV e meados do	43	T da Silva (orgs.)
	século XVI	43	A natureza e a lógica do capitalismo
2	Dulce de Faria Paiva História da língua portuguesa	١	Robert L. Heilbroner
٠.	III. Segunda metade do	44	O significado no verbo ing Geoffrey N Leech
	século XVI e século XVII Segismundo Spina	45.	A ideológia
4	História da língua portuguesa	16	Raymond Boudon Dramaturgia
	IV. Século XVIII	1	A construção do personac
_	Rolando Morel Pinto	47	Renata Pallottini As figuras de linguagem
υ.	História da língua portuguesa V. Século XIX		Roberto de Oliveira Branda
	Nilce Sant'Anna Martins	48	Direito e Justiça
6.	História da língua portuguesa VI. Século XX		A função social do Judiciá José Eduardo Faria (org.)
	Edith Pimentel Pinto	49.	Teoria do romance Donaldo Schuler
7.	Administração estratégica	50	O roteirista profissional
Ω	Luis Gaj A tragédia		TV e cinema
_	Estrutura & história	51	Marcos Rey Balanço de pagamentos e
	Ligia Militz da Costa & Maria Luiza Ritzel Remédios		divida externa
9.	Dicionário de teoria da narrativa	52	Paulo Sandroni A estilística
	Carlos Reis &		José Lemos Monteiro
٥	Ana Cristina M. Lopes Introdução à economia	53.	Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-19
	mundial contemporânea	1	Edgard Carone
1	Geraldo Müller	54.	O significado da Segunda Guerra Mundial
	O tempo na narrativa Benedito Nunes		Ernest Mandel
2.	Classes, regimes e ideologias	55.	Produção e transferência
	Robert Henry Srour	l	de tecnologia José Carlos Barbieri
3	AIDS Uma estratégia para a	56.	Marx
	and not overgio para a	•	Pierre Fougeyrollas

	assistência de enfermagem
	Robert J. Pratt
34	Sociologia do negro brasileiro
	Clóvis Moura
35	Aprendizagem e
	planejamento de ensino
	Wilson de Faria
36	Sociologia da sociologia
	Octavio lanni
37.	A formação do Estado
	populista na América Latina
~~	Octavio lanni
38	Introdução à filosofia da arte
20	Benedito Nunes
39.	História Geral e do Brasil
40	Francisco Iglésias Classes sociais e movimento
40.	operário
	Edgard Carone
	_
41	Estética da recepção e história da
	literatura
	Regina Zilberman
42	
	Perspectivas interdisciplinares
	Regina Zilberman & Ezequiel
40	T da Silva lorgs.)
43	A natureza e a lógica do capitalismo
	Robert L. Heilbroner
44	O significado no verbo inglês
	Geoffrey N Leech
45	A ideologia
	Raymond Boudon
46	Dramaturgia
	A construção do personagem
	Renata Pallottini
47	As figuras de linguagem
	Roberto de Oliveira Brandão

A função social do Judiciário José Eduardo Faria (org.) 49. Teoria do romance Donaldo Schuler 50 O roteirista profissional TV e cinema Marcos Rev 51 Balanço de pagamentos e dívida externa Paulo Sandroni 52 A estilística José Lemos Monteiro

> Contemporâneo (1922-1938) Edgard Carone

	57.	A violência Yves Michaud
	58.	A superstição Françoise Askevis-Leherpeux
	59.	A agressão
	60	Gabriel Moser Geografia das civilizações
	61	Roland JL. Breton
	1	A enunciação Jean Cervoni
	62.	Os clássicos da política — Vol. 1 Organizador, Francisco C. Weffor
	63.	Os classicos da política ~ Vol. 2
	64	
	65	
		Jovem Pan Maria Elisa Porchat
da	66.	Técnicas de codificação em jorna Mário L Erbolato
	67.	Análise estrutural de romances
		brasileiros Affonso Romano de Sant'Anna
	68	Os métodos em sociologia Raymond Boudon
	69	História da indústria e do trabalho no Brasil
		Victor Leonardi & Foot Hardman
	70.	A linguagem do corpo Pierre Guiraud
	71	Introdução à psicolinguística Leonor Scliar Cabral
	72	Teoria semiótica do texto
	73.	Diana Luz Pessoa de Barros A Revolução Francesa
	74	Carlos Guilherme Mota
		Ubiratan D'Ambrosio
	75	Freud Roland Jaccard
	76	A escola de Frankfurt
	77	Paul-Laurent Assoun Brasil — anos de crise 11930-194
	78.	Edgard Carone Linguistica histórica
	79	Carlos Alberto Faraco A filosofia contemporânea
	80.	Benedito Nunes
	ı	John Deely
	82.	Ibn Khaldun Yves Lacoste
	85.	Os marxismos depois de Marx
	86.	
		Boileau-Narcejac

A literatura infantil

Nelly Novaes Coelho

Nelly Novaes Coelho

Panorama histórico da literatura infantil/juvenil